

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JÚLIA MARIA ANDRADE VALENTIE DE OLIVEIRA

Medo do crime e da violência no bairro do Morumbi - São Paulo

SÃO CARLOS
2023

Júlia Maria Andrade Valentie de Oliveira

Medo do crime e da violência no bairro do Morumbi - São Paulo

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia e Ciência Política.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

SÃO CARLOS
2023

Medo do crime e da violência no bairro do Morumbi - São Paulo

JÚLIA MARIA ANDRADE VALENTIE DE OLIVEIRA

Monografia apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia e Ciência Política.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Jacqueline Sinhoretto

BANCA EXAMINADORA:

Presidente:

2º Membro:

3º Membro:

São Carlos, ____ de _____ de 2023.

AGRADECIMENTOS

Tenho muitas pessoas a quem agradecer. Me mudei para São Carlos em 2018, sozinha aos 17 anos, mas tive a sorte de encontrar pessoas incríveis que fizeram parte da minha trajetória.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora Jacqueline Sinhoretto, com quem pude contar neste tempo de orientação. Jacque, obrigada por todo o apoio e auxílio que você me deu durante este período! Obrigada também por todos os rolês após as reuniões do GEVAC, eles me fizeram sentir integrada, e também foram momentos muito felizes de descontração. Mais do que uma orientadora, você se tornou uma amiga!

Agradeço também aos meus pais, sem os quais nada disso seria possível. Minha mãe, Renata, que sempre me visitou para me dar uma mão com as dificuldades de morar sozinha, me dando caronas até a Federal e me fazendo companhia. Inclusive, foi ela quem me influenciou a adotar os meus maiores companheiros, meus gatos Romeu e Bento. Meu pai, Samuel, que me apoiou desde o início na escolha do curso, sempre incentivando os meus estudos, imprimindo meus textos e comprando meus livros no sebo. A vocês, meu muito obrigada. Esta conquista é nossa.

Aos meus amigos e amigas que me acompanharam nesta trajetória, só tenho a agradecer. Minhas amigas Lucia, Luana e Bela, com quem dividi grande parte dos momentos durante a graduação, e com quem fiz quase todos os trabalhos em grupo, muito obrigada! Devo agradecer também ao João e a Larissa, com quem troquei caronas, fui em festas e muito fofoquei. Além disso, não posso deixar de agradecer ao Thiago Coelho, que conheci no GEVAC e se tornou um grande amigo!

Quero agradecer também a Isabela Araújo, que aceitou o convite para ser banca deste trabalho. Isa, muito obrigada pela contribuição! Admiro muito o seu trabalho e será um prazer ter você como parte disso.

Por fim, mas não menos importante, agradeço ao GEVAC, que me acolheu desde o início. Com vocês, aprendi muito. Não só sobre teoria, mas sobre amizades que quero levar para vida.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a analisar o medo do crime e da violência no bairro do Morumbi em São Paulo. Partindo da concepção de que os residentes do Morumbi, pertencentes às classes sociais média e alta, têm medo do crime supostamente exercido pelos moradores da favela de Paraisópolis, as representações que aqueles criam sobre esses foram investigadas. Além disso, as mudanças de hábitos e comportamentos devido ao medo do crime dos residentes do Morumbi também foram explorados. Para tanto, foi realizada uma análise comparada da bibliografia já existente de Sociologia da Violência, em conjunto aos resultados qualitativos obtidos através de entrevistas realizadas com moradores do Morumbi. O objetivo da pesquisa foi descobrir se os indivíduos que já foram vítimas de crime sentem mais medo do que os que nunca foram vítimas. Por fim, conclui-se que ter sido vítima de um crime não é um fator decisivo para sentir mais ou menos medo.

Palavras-chave: *Medo do crime; Controle do crime; Violência urbana; Desigualdade Social.*

ABSTRACT

The present work proposes to analyze the fear of crime and violence in the Morumbi neighborhood in São Paulo. Starting from the conception that the residents of Morumbi, from the medium and high social classes, fear the crime that is supposedly done by the residents of the Paraisópolis favela, the representations that they create about them were investigated. Besides, the changes of habits and behavior regarding the fear of crime from people that live in Morumbi were also explored. For that, a comparative analysis of the existent literature of Sociology of Violence was studied, along with the qualitative results of the interviews that were made with residents of Morumbi. The aim of this research was to find out if people who have already been victims of crime feel more fear than the ones who haven't been victims. The conclusion is that being a victim of a crime doesn't define if someone feels more or less fear.

Keywords: *Fear of crime; Crime control; Urban violence; Social inequality.*

LISTA DE ABREVIACÕES

CAC: Caçadores, Atiradores e Colecionadores

DF: Distrito Federal

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PL: Partido Liberal

PNADc: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informações dos entrevistados(as).....	45
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa do bairro do Morumbi e arredores.....	23
---	-----------

SUMÁRIO

1. Introdução.....	11
2. Objetivos e metodologia.....	16
3. A violência na cidade de São Paulo.....	17
4. Medo do crime: principais contribuições.....	28
5. Entrevistas e análise de resultados.....	44
6. Considerações finais.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63
APÊNDICE.....	65

1. Introdução

O presente trabalho visa analisar o medo do crime e da violência dentre os moradores do bairro do Morumbi, situado na zona sul de São Paulo. Com o intuito de captar as representações que os residentes da região fazem em relação aos seus vizinhos, moradores da favela de Paraisópolis, foram realizadas onze entrevistas com pessoas que moram no Morumbi. Além disso, buscou-se compreender as mudanças de hábito e comportamento realizadas por esses indivíduos devido ao medo do crime e da violência no seu bairro.

Os indivíduos entrevistados pertencem às classes média e alta do Brasil, sendo o critério de avaliação utilizado a divisão de classes sociais por faixa de renda do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o IBGE, indivíduos que apresentam renda familiar superior a vinte salários mínimos pertencem a classe social A (R\$ 26.040,01 ou mais), indivíduos que recebem entre dez e vinte salários mínimos pertencem a classe social B (R\$ 13.020,01 - R\$ 26.040,00), indivíduos que recebem entre quatro e dez salários mínimos pertencem a classe social C (R\$ 5.208,01 - R\$ 13.020,00), indivíduos que recebem entre dois e quatro salários mínimos pertencem a classe social D (R\$ 2.604,01 - R\$ 5.208,00), e indivíduos que recebem até dois salários mínimos pertencem a classe social E (até R\$ 2.604,00).

Dos onze entrevistados, oito pertencem às classes sociais A e B, ou seja, 73% da amostra analisada pertence aos 16%¹ mais ricos do país, o que denuncia a sua condição bastante privilegiada. Neste contexto, os indivíduos entrevistados pertencem às classes média e alta brasileiras - não só pela sua residência em um local nobre, mas também devido a sua elevada faixa de renda em comparação com o salário inicial mínimo de 2023 (R\$ 1.302,00)², e ao fato de 70% dos trabalhadores brasileiros de carteira assinada apresentarem renda de até dois salários mínimos em 2022³. Logo, foi utilizado o critério de que a classe A é alta, as classes B e C são médias, e as classes D e E são baixas.

¹ Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/16/minimo-vai-a-r-1-320-senadores-defendem-politica-permanente-de-valorizacao>. Acesso em: 29 mar. 2023.

³ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganha-m-ate-dois-salarios-minimos.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

Os resultados obtidos através das entrevistas no que tange a faixa de renda familiar foram os seguintes: três entrevistados recebem entre R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00 (ou seja, aproximadamente 27% da amostra), cinco entrevistados recebem entre R\$ 10.000,01 - R\$ 20.000,00 (ou seja, aproximadamente 54% da amostra), e três entrevistados recebem entre R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00 (ou seja, aproximadamente 27% da amostra). Logo, o grupo analisado, embora privilegiado quando comparado ao restante da população brasileira, não representa a burguesia proprietária brasileira (que possui diversas propriedades e consumo de luxo), mas sim indivíduos que vivem confortavelmente, contudo precisam trabalhar para se sustentar e sustentar a sua família.

A hipótese levantada é de que as representações do medo do crime e da violência dos residentes do Morumbi produzem e reproduzem preconceitos em relação aos moradores do bairro favelizado, chegando ao ponto de ferir a crença que os cidadãos têm sobre a democracia (PERALVA, 2000). Assim, os residentes do Morumbi têm medo dos crimes violentos supostamente praticados única e exclusivamente pelos residentes da favela de Paraisópolis.

A cidade de São Paulo é uma representante da desigualdade social e econômica do Brasil. Segundo o último censo do IBGE analisando São Paulo, o salário médio mensal dos trabalhadores formais é 4,1 salários mínimos (2020), sendo o salário mínimo do ano de 2020: R\$ 1.045,00. Vale ressaltar que a população ocupada consiste em 45,7%, ou seja, mais da metade da população paulistana não trabalha ou não integra trabalhos formais. Já o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo é de 31,6% (2010).⁴ Logo, há uma discrepância considerável na distribuição de renda paulistana, além do fato de ser uma população majoritariamente pobre.

Neste trabalho, primeiramente será apresentada uma revisão bibliográfica acerca do medo do crime dos principais autores internacionais e nacionais que abordam o tema, no intuito de realizar uma análise de entrevistas posteriormente. Em *A Cultura do Controle; Crime e ordem social na sociedade contemporânea*, David Garland (2008) discute acerca da face que a cultura de controle do crime, em sociedades com alto índice de criminalidade, tomou nas últimas décadas. Essas transformações foram influenciadas por mudanças na estrutura social e nas experiências culturais vividas pelos indivíduos. Neste cenário, as políticas que

⁴ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 29 mar. 2023.

surgiram na sociedade pós-moderna têm base em uma nova vivência coletiva da insegurança e do crime, a qual se configura através de organizações sociais, culturais e econômicas.

O sociólogo apresenta uma análise sobre como o controle do crime passou a ser realizado na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, reiterando a existência de novas estratégias do Estado de ambos os locais no campo da criminalidade. O Estado, por um lado, adotou uma postura mais punitivista, mas, por outro lado, assumiu uma postura de prevenção, focando nos efeitos do crime (medo, vítimas, etc.), ao invés de concentrar-se nas suas causas. Um dos efeitos disso foi a abertura concedida pelo Estado para a emergência dos meios de segurança privada, tratando o problema do crime e da segurança de forma compartilhada.

Garland (2008) acredita que um novo saber singular do crime se tornou realidade entre os anos 1960 e 1970, em que as altas taxas de criminalidade passaram a ser um fato social normal, o qual propiciou uma experiência coletiva inédita do crime e um novo arranjo de maneiras para controlar o crime, que foi condicionado pelo envolvimento ativo da população.

A explosão das altas taxas de criminalidade nos anos 1960 foi causada por mudanças sociais e espaciais, sobretudo no que tange à relação dos indivíduos de classe média com o crime. Os grupos sociais que se beneficiaram no pós-guerra, no que se refere ao consumo, foram atingidos por uma situação de vulnerabilidade, devido ao crescimento do crime e da violência que foram acompanhados por essa explosão consumista. O medo do crime se tornou uma realidade diária para as classes médias que, antes, não tinham essa preocupação. Dessa forma, o crime passou a ser uma realidade no cotidiano das classes médias, o que mudou a sua perspectiva acerca dos transgressores.

Uma das consequências da mudança da relação das classes média e alta com o controle do crime foi a influência dos meios de comunicação de massa, sobretudo da televisão, acerca do entendimento popular do crime. As representações da mídia acerca do crime, dando ênfase à história das vítimas e disseminando dramas criminais inconcebíveis, modificaram a relação dos indivíduos com o crime. Isso se deu através do forte apelo emocional retratado pela mídia, o que concebeu aos indivíduos a falsa sensação de que os crimes são mais abundantes e perigosos do que, de fato, são.

As contribuições de Jonathan Simon, sociólogo estadunidense, também se mostram relevantes para este trabalho. Em seu texto *Punição e as tecnologias políticas do corpo* (2013), alguns dos métodos analíticos de Foucault em *Vigiar e Punir* e de Melossi e Pavarini em *Cárcere e Fábrica* são apresentados. O autor explora a ligação entre as tecnologias de poder que são exercidas sobre o corpo humano e as reformas na prática penal, evidenciando como esses mecanismos podem ser e têm sido utilizados em outras fases da evolução penal. Além disso, Simon mostra como a evolução da história da prisão se deu através dos desdobramentos da punição que ocorre em grande parte das sociedades industriais e pós-industriais, sendo eles: a socialização da punição no welfare state e a gestão de riscos no neoliberalismo.

Na bibliografia nacional do medo do crime, duas obras primordiais serão apresentadas: *Violência e democracia: o paradoxo Brasileiro*, de Angelina Peralva, e *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, de Teresa Caldeira.

Peralva (2000) discute acerca do retorno do Brasil à democracia nos anos 1980, o qual foi acompanhado pelo crescimento da violência. A análise da autora é focada nos conceitos de igualdade e de liberdade. A igualdade não diz respeito apenas à esfera econômica, mas também à democracia, de modo que há uma lei universal que todos os cidadãos deveriam seguir. Já a liberdade começou a ser construída na sociedade brasileira ainda no regime autoritário, ao final dos anos 1970, a qual foi concebida tanto através dos movimentos sociais, quanto através da experiência democrática. Este conceito possibilitou modificações na consciência coletiva da sociedade, além de ter redesenhado o conflito social.

A abertura democrática não ocorreu como esperado na sociedade brasileira, o que foi influenciado pelas mutações nas instituições, nas relações de poder, nas regularidades sociais e na ordem e no âmbito público. Enquanto essa abertura abriu espaço para maior violência, a sociedade se adaptou, produzindo um alto grau de tolerância.

A análise de Peralva (2000) é centrada nos desdobramentos que o crime e a violência causam na geografia pessoal e social do Brasil. As normas do jogo social se modificaram uma vez que a fusão entre os indivíduos residentes das favelas e as classes médias se intensificou. Com essa fusão, fez-se necessário conduzir o modo de inclusão entre as classes sociais, pois o espaço público passou a ser um local de coexistência e lazer. Outrossim, a socióloga brasileira afirma que a violência no

Brasil é produzida por uma simbiose, onde há os ricos e os pobres, e as duas classes produzem e reproduzem a violência. Logo, há um duplo padrão, em que há uma resistência à democratização (os direitos humanos não são reconhecidos), ao mesmo tempo que existe uma crença de que a ordem democrática constrói o problema da violência.

Os moradores do bairro do Morumbi vivem de forma reclusa, sobretudo em suas residências e nos *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2011) que foram construídos em seu entorno. No espaço geográfico estudado, as classes médias e altas não se misturam com as camadas baixas da população, de modo que seu convívio e relação social são praticamente nulos, havendo apenas a relação trabalhista entre eles. Em outras palavras, os residentes da Paraisópolis se deslocam para o Morumbi apenas para trabalhar, em profissões como funcionárias domésticas, porteiros, vigilantes, etc.

Na notícia do Jornal Estadão⁵, é possível perceber a presença do medo nos residentes do Morumbi em situações cotidianas, como levar os filhos à escola. Assim, há uma representação generalizada acerca de assaltos e bandidos no bairro, além da constante circulação da fala do crime (CALDEIRA, 2011). Além disso, é bastante comum que os indivíduos das classes média e alta paulistana recorram a meios privados de segurança, uma vez que não acreditam na efetividade da segurança pública (GARLAND, 2008; SIMON, 2013; PERALVA, 2000; CALDEIRA, 2011), o que é uma reação ao medo que eles sentem do crime violento.

Nesta pesquisa, procurou-se compreender se os indivíduos que já foram vítimas de crime violento no bairro do Morumbi sentem mais medo do que as que nunca foram vítimas. Analisou-se a alta adoção de recursos privados de segurança por parte dos entrevistados, além da representação simbólica que cerca o seu imaginário do crime na região em que moram.

5

Disponível

em:

<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,assaltos-na-proximidade-de-colegios-assustam-moradores-do-morumbi,70003980417>. Acesso em: 17 abr. 2022.

2. Objetivos e metodologia

O objetivo desta pesquisa foi desvendar se os indivíduos que já foram vítimas de crimes no Morumbi sentem mais medo do que os indivíduos que nunca foram vítimas de crimes. A partir de entrevistas face-a-face, visou-se captar a visão dos residentes do Morumbi em relação ao medo do crime e da violência no bairro onde moram, além das representações e sentimentos que são criados sobre os seus vizinhos, moradores da favela de Paraisópolis. Além disso, buscou-se compreender se ocorrem mudanças de hábitos e comportamentos devido ao medo do crime por parte dos moradores do Morumbi.

Para tal fim, foi realizada uma revisão bibliográfica de autores relevantes do medo do crime dentro da Sociologia da Violência, sobretudo no que tange a violência e as suas representações na cidade de São Paulo. Ademais, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado até o alcance do ponto de saturação, com a intenção de captar as percepções da maioria dos indivíduos que vivem no Morumbi. Assim, a partir deste estudo, que caracteriza-se como exploratório-descritivo com abordagem qualitativa, procurou-se responder à pergunta de pesquisa proposta.

3. A violência na cidade de São Paulo

Em sua tese de mestrado, intitulada como *São Paulo: alguns impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica - O vetor sudoeste como um estudo de caso*, Wagner Iglecias (2002) discorre acerca da capital paulista, que nas últimas décadas se tornou um centro de conexão econômica e territorial brasileira, integrando-se à economia mundial e convertendo-se a um centro de articulação do capitalismo atual, em conjunto com o sistema mundial. Ainda que São Paulo tenha se beneficiado por todas essas transformações e inovações, a metrópole apresenta uma desigualdade social gritante, a qual o sociólogo investiga em seu texto.

A capital paulista passou por inúmeras transformações econômicas desde a década de 1990, integrando diversas atividades terciárias, sendo que muitas delas configuram o capitalismo transnacionalizado do momento atual, como é o caso de centros de decisão de grandes empresas. Em São Paulo, é possível encontrar as sedes brasileiras da grande maioria das companhias de tecnologia, finanças, mídia, publicidade, telecomunicações, consultoria empresarial, etc. A capital ainda apresenta os extratos de maior qualidade do mercado de trabalho do Brasil, a melhor universidade e alguns dos mais qualificados centros de pesquisa do país, dentre outras características que fazem a metrópole paulista ser considerada tão completa e avançada em termos econômicos, tecnológicos e sociais.

Logo, Iglecias analisa o novo centro paulistano, o qual, durante o século XX, consolidou-se como cerne da concentração de integração do mercado e do território do país com a economia mundializada. Acontece que este mesmo centro da cidade coexiste, espacialmente falando, com os indivíduos mais marginalizados da periferia de São Paulo. As forças da economia global geram consequências para a estrutura socioespacial da cidade, no que se refere à desindustrialização, na qual áreas geográficas são abandonadas por terem falhado em assimilar o modo de produção precedente (como, por exemplo, tem-se o fordismo e a linha de produção continuada e praticamente inflexível).

Assim, a população acaba sendo vítima do desemprego estrutural, uma vez que a qualificação da mão de obra urbana não acompanha as incansáveis inovações do processo produtivo que ocorrem. Neste cenário, as relações de trabalho se tornam cada vez mais precarizadas e informais, abrindo espaço para ofícios que se encontram à margem da economia formal, além de causar a

degradação urbana, no que tange à fatores como a diminuição da qualidade de vida e ao aumento da criminalidade violenta.

Essas mudanças nas tarefas econômicas das cidades gera consequências diretas para o ambiente, de modo que ocorre a polarização socioespacial urbana, através do surgimento de espaços urbanos fragmentados, como por exemplo, os *enclaves fortificados*, os guetos, os shoppings centers, etc. Assim, as grandes metrópoles hoje em dia são notadamente identificadas pelo seu gritante contraste social, no qual a riqueza e a pobreza coexistem em regiões e bairros específicos da cidade, e não absolutamente em todo o espaço urbano.

O crescimento frenético e desigual da cidade de São Paulo durante o século XX já foi objeto de muitos estudos no campo sociológico. Singer (1975) e Kowarick (1994) são exemplos de autores que afirmam que houve discriminação, realizada pelo poder público, às variadas esferas socioeconômicas presentes na cidade. Além disso, Bonduki (1994) traz o tópico da habitação, referindo-se ao fato de muitos indivíduos em situação de vulnerabilidade terem começado a habitar, literalmente, às margens da cidade - em cortiços, favelas, loteamentos periféricos, etc.

Existe, ainda, autores que abordam a reação das elites paulistanas frente à convivência com as camadas populares - elas passaram a se isolar em ambientes nos quais apenas a população privilegiada teria acesso (ROLNIK, 1994; FRÚGOLI, 1998 apud IGLECIAS, 2002). Isso ocorre desde o início do século, com a presença da mentalidade higienista das elites paulistanas, as quais sempre almejam o isolamento das classes populares, além da ocorrência da coexistência de ofícios de gestão do grande capital e a habitação da população mais rica da sociedade. Por conta disso, Iglecias reitera que a história da urbanização de São Paulo é marcada pela periferização da pobreza e pela constituição e desamparo de centralidades.

A periferização ocorreu em toda a rede geográfica paulistana, especialmente nos quadrantes sul e leste. Mas o surgimento de novas centralidades vem ocorrendo, nas últimas décadas, no centro histórico de São Paulo, em direção ao quadrante sudoeste (VILLAÇA, 2011), o qual será analisado no presente estudo.

Em termos globais, a sociedade atual está concentrada no período do capitalismo mundializado, com viés transnacional e financeiro, no qual existem diversos funcionários executivos, ao redor do globo, que são responsáveis pela então denominada globalização. Em São Paulo, o maior contingente desses executivos se dá na região sudoeste. O nível educacional e socioeconômico desses

trabalhadores diverge significativamente do restante da sociedade, de forma que os funcionários dessas companhias adotam uma identidade corporativa (SENNETT, 2006), que os diferencia nacional e culturalmente.

Outro ponto notável é que, apesar das corporações da região sudoeste serem localizadas no mesmo espaço urbano de periferias e de espaços públicos que outras camadas (notadamente as mais vulneráveis) frequentam, os executivos optam pelo seu isolamento no escritório, raramente convivendo com o restante da população em espaços públicos, como as praças, por exemplo. Muito embora existam problemas infra-estruturais na região, o que complexifica a realização do passeio público por parte dos executivos (como exemplo, tem-se uma via pública na qual a utilização dos automóveis é muito mais afável), os executivos apontam para a questão da criminalidade como principal fator para a sua falta de interação com o espaço público - associando-o, então, com a violência.

Em sua pesquisa, Iglecias coletou depoimentos dos executivos da região sudoeste, visando captar a sua visão acerca da criminalidade na cidade. O sociólogo alega que, enquanto houve entrevistados que reconheceram o cenário de desigualdade social e econômica que permeia o Brasil, houve pessoas que enxergam o crime e a violência como naturais, e que poderiam ser impedidos através do reforço dos dispositivos de segurança.

Outra característica marcante nas entrevistas dos funcionários executivos foi a descrença em relação a alguma possibilidade de mudança do cenário desigual enfrentado pela cidade de São Paulo, de modo que eles não demonstraram acreditar que os problemas relacionados à pobreza possam ter uma solução. Iglecias aponta que esse comportamento pode também ser aliado a um sentimento de indiferença em relação aos mais pobres.

Iglecias também entrevistou as camadas populares em sua pesquisa, trazendo, assim, a visão dos dois lados da moeda. O autor afirma que os indivíduos pobres da cidade, muitas vezes preteridos pelo poder público, encontraram seu lugar no mundo, sua moradia, seu trabalho e a formação da sua família a partir da sociabilidade gerada entre iguais, na qual indivíduos de condição social semelhante criaram uma rede de ajuda mútua.

A camada mais pobre da população é a que mais sofre com as mudanças que vêm ocorrendo na metrópole paulistana. A desindustrialização, a partir da década de 1950, trouxe uma ideia da possibilidade de mudança de vida por diferentes extratos

sociais. Contudo, essa ideia foi aos poucos sendo extinguida, através da vivência árdua que os mais pobres vêm enfrentando nos últimos tempos. Para além das condições marginais de moradia da qual elas são vítimas, a situação do desemprego é crescente, especialmente pautada sob as inúmeras transformações socioeconômicas que ocorreram na metrópole, da qual uma grande parte dos indivíduos não conseguiu acompanhar. Desse modo, as mudanças abruptas pelas quais o espaço urbano paulistano vem passando nas últimas décadas, sobretudo através do processo de valorização do capital, podem designar, também, a ausência do ingresso das camadas mais pobres na economia formal e aos direitos de cidadania.

Finalmente, para Iglecias, o acometimento que vem sendo realizado pelo grande capital, em conjunto com um determinado conceito histórico de intervenção estatal sobre o espaço público, são fatores que estabelecem o aumento das desigualdades socioeconômicas e das diferenças materiais e simbólicas que afetam as diferentes camadas da sociedade brasileira. Além disso, o sistema econômico contemporâneo, juntamente com a maneira pela qual a cidade foi formada, especialmente em referência ao posicionamento das camadas sociais que não engajam com o intermédio público visando a resolutividade dos conflitos, são apontados como razão para o aumento das desigualdades e da violência e para a diminuição gritante da qualidade de vida para todos os estratos sociais.

Em *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Teresa Caldeira realiza uma análise da profunda desigualdade socioespacial e econômica que assola a cidade de São Paulo. Durante o século XX, o espaço urbano paulistano passou por transformações, as quais designam diferentes fases de segregação social em sua constituição.

A primeira fase, que ocorreu desde o final do século XIX até a década de 1940, caracterizou-se pela concentração de indivíduos de classes sociais distintas em espaços urbanos determinados, logo, os indivíduos encontravam-se segregados por tipos de habitação. Já a segunda fase urbana, mais conhecida como centro-periferia, esteve presente no desenvolvimento urbano entre as décadas de 1940-1980. Nessa, a segregação se dava através da moradia distante de grupos sociais diferentes. Assim, a camada mais pobre da população morava extremamente longe da camada mais rica, e vice-versa. Além disso, as classes média e alta habitam bairros centrais e com boa infraestrutura, enquanto os mais pobres moram

em periferias distantes e vulneráveis. Existem alguns estudiosos que ainda defendem a permanência dessa segunda forma urbana, contudo, Caldeira afirma que uma terceira forma vem ganhando força desde a década de 80.

Para a antropóloga, a cidade de São Paulo se encontra numa terceira fase, que se sobrepõe ao centro-periferia, de modo que indivíduos de classes sociais distintas se encontram num mesmo espaço urbano, próximo inclusive, mas separados através de muros e tecnologias de segurança. São as camadas médias e altas que se isolam do restante da população, usando o medo do crime violento como justificativa. Caldeira nomeia as ferramentas dessa nova forma urbana como *enclaves fortificados*, que são os espaços privatizados, isolados e vigiados para fins como moradia, lazer, consumo e trabalho dos mais ricos.

Para Caldeira, as transformações espaciais enfrentadas por São Paulo estão gerando mudanças expressivas na vida e no espaço públicos devido à construção dos *enclaves fortificados*. A partir do momento que determinados indivíduos se fecham para a interação pública, as principais concepções das cidades modernas são feridas: a livre circulação e a acessibilidade. Esse fenômeno também está se sucedendo em outras cidades ao redor do globo, demonstrando, assim, uma forma peculiar de um arquétipo propagado de mudanças no meio público e de segregação espacial. Assim, “o novo padrão de segregação espacial serve de base a um novo tipo de esfera pública que acentua as diferenças de classe e as estratégias de separação” (CALDEIRA, 2011: 212).

O centro de São Paulo vem passando por transformações e as camadas ricas da população estão se deslocando no espaço urbano. O padrão centro-periferia ainda determina o espaço urbano, uma vez que a riqueza continua concentrada em uma pequena parcela da cidade de São Paulo. Apesar disso, as mudanças na dinâmica do espaço urbano paulistano mostram que não apenas esse padrão pode ser considerado. Embora ainda haja bastante concentração de riqueza, os residentes ricos estão se deslocando e novas áreas de comércio e serviços estão reestruturando a forma pela qual a segregação socioespacial se dá.

Nas décadas de 80 e 90, o estilo de vida e a utilização da cidade das classes médias e altas mudou significativamente. Por conta disso, os distritos em que essas classes moravam ou passaram a morar também mudaram. Nesse cenário, as construções de apartamentos se deslocaram de regiões centrais para regiões periféricas, e dois grandes exemplos disso são os distritos Morumbi e Vila Andrade.

Os distritos Morumbi e Vila Andrade são exemplos simbólicos das transformações drásticas que aconteceram na cidade de São Paulo. O investimento imobiliário intenso foi um fator que contribuiu para isso, uma vez que houve a construção tanto de escritórios e prédios comerciais, quanto de moradia da população mais rica. Isso se deve ao fato de ambos os distritos conferirem um código de zoneamento favorável, o qual permitiu justamente a criação de um ambiente misto, que agrega o trabalho e a moradia da elite paulistana. Antes, algumas regiões que foram afetadas pela especulação imobiliária eram espaços rurais ou ocupados pela população mais pobre. Entretanto,

Como resultado, com a expansão dos novos empreendimentos, os distritos passaram a apresentar um novo padrão de organização espacial, que mistura moradores ricos e pobres de um lado, e residência e trabalho de outro, criando assim um novo padrão de desigualdade social e de heterogeneidade funcional (CALDEIRA, 2011: 244).

Ambos os distritos, ainda, apresentaram um crescimento populacional expressivo desde os anos 80. Ainda que o Morumbi já fosse um bairro habitado pela população mais rica há praticamente 50 anos, o bairro deixou de ser caracterizado por mansões, áreas verdes e terrenos, passando a ostentar diversos prédios, com um contingente muito maior de moradores do que anteriormente, após uma década de construções intensas. Isso se deve ao fato de que, no final da década de 1970, o bairro passou a ser mais explorado por incorporadores imobiliários, os quais iniciaram esse intenso processo de empreendimento imobiliário, devido ao código de zoneamento favorável e ao custo baixo dos terrenos.

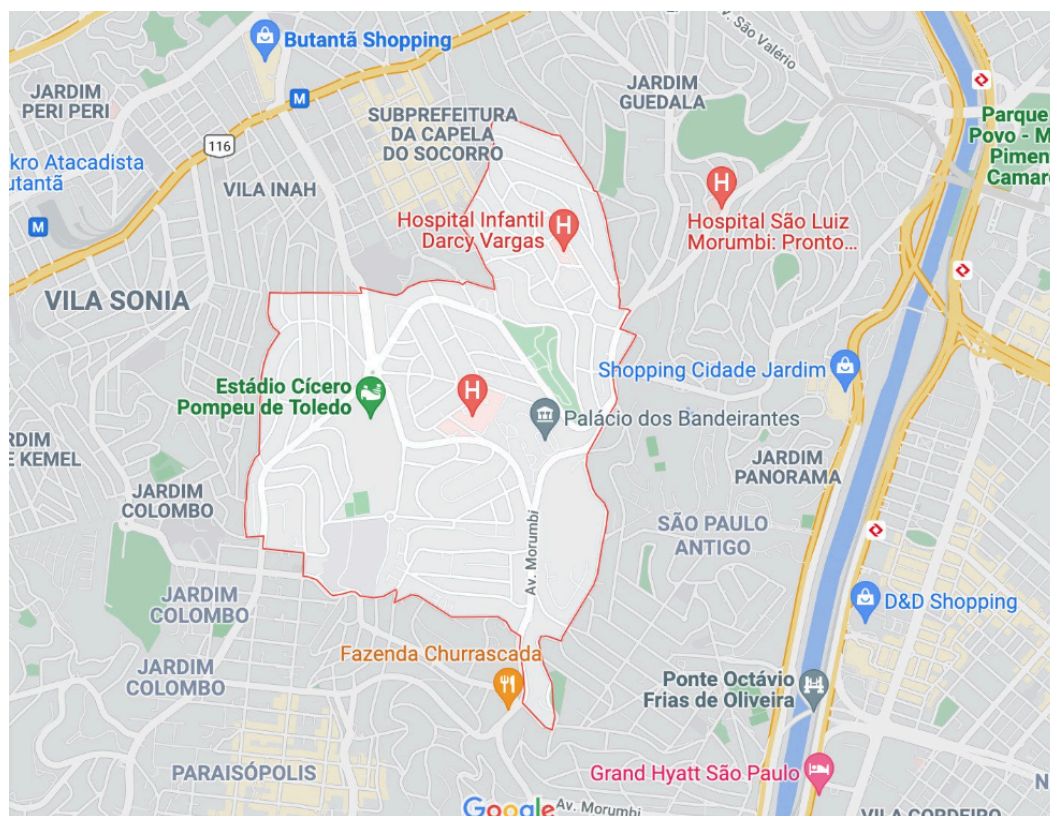
Além do ritmo frenético de construções que ocorreu no Morumbi e na Vila Andrade, uma outra característica chama a atenção: o surgimento de conjuntos habitacionais murados. O *Portal do Morumbi*, condomínio que conta com dezesseis edifícios, além de ampla área de lazer arborizada, inaugurou o desenvolvimento acelerado do Morumbi. O conjunto foi construído, nas palavras da autora, no meio do nada, tanto é que o local carecia de infraestrutura urbana (nisto insere-se asfalto, água e eletricidade), a qual foi realizada pela construtora que idealizou o condomínio.

Na época da publicação de *Cidade de muros*, Caldeira apontou que as ruas vizinhas ao Portal do Morumbi não apresentavam urbanização, asfaltos e até mesmo calçadas. No caso desse conjunto, o cenário mudou ao longo dos anos 2000 e os arredores foram devidamente urbanizados e asfaltados, além de terem sido

construídos novos prédios e empreendimentos comerciais em seu entorno. Contudo, até os dias de hoje, é comum a falta de estrutura em locais adjacentes ao bairro do Morumbi, como é o caso da favela de Paraisópolis.

Conforme já foi mencionado no presente trabalho, as áreas novas de expansão na cidade de São Paulo são caracterizadas por uma marcante desigualdade social entre os moradores, pautada numa distribuição de renda heterogênea, uma vez que os novos edifícios são construídos em regiões onde indivíduos mais pobres habitavam, além dessas habitações coexistem ao lado de favelas enormes. Assim, os moradores da Avenida Giovanni Gronchi, a qual é representativa no medo do crime no Morumbi, são vizinhos de uma das maiores favelas de São Paulo, que é a favela de Paraisópolis. Como pode ser constatado no seguinte mapa:

Figura 1. Mapa do bairro do Morumbi e arredores



Fonte: LOFT. *Morar no Morumbi* (s.d.)⁶

⁶ Disponível em: <https://portal.loft.com.br/morar-no-morumbi/>. Acesso em: 26. abr. 2023.

A reportagem *Comunidade de Paraisópolis completa 100 anos de história nesta quinta-feira (16)*⁷ apresenta uma introdução interessante acerca da favela localizada no distrito da Vila Andrade:

Paraisópolis, a segunda maior comunidade de São Paulo, completa exatos 100 anos de história nesta quinta-feira (16). Com mais de 100 mil habitantes, 21 mil domicílios em uma área de 10 km², o bairro pode ser considerado uma cidade.

Localizada na zona sul da capital paulista, ela só é menor do que Heliópolis. Um século atrás, o local ainda era denominado como Fazenda do Morumbi, quando começou a ser povoado (UOL CULTURA. Comunidade de Paraisópolis completa 100 anos de história nesta quinta-feira (16). UOL, São Paulo, 16 set. 2021).

A manchete da reportagem do R7⁸, “Distrito na zona sul da capital tem 49% dos seus domicílios considerados como favelas, e recebe poucos serviços públicos apesar de alta arrecadação” (PADIN, 2019), já denuncia a desigualdade socioeconômica presente na Vila Andrade. O bairro é o que apresenta maior proporção no que tange às moradias tidas como favelas, além de Paraisópolis ser vizinha da famosa Avenida Giovanni Gronchi, na qual menos de dois quilômetros separam prédios luxuosos de moradias precárias. Embora a favela de Paraisópolis conte com mais de 100 mil habitantes, e arrecade mais de 200 milhões de reais de IPTU para a Prefeitura, o bairro não é beneficiado com equipamentos e serviços públicos.

A Vila Andrade apresenta uma defasagem no acesso à educação, saúde pública e cultura. Para os residentes pertencentes à elite da região, esses indicadores não impressionam e nem fazem tanta falta, uma vez que eles têm acesso a áreas de lazer, esporte e cultura privados, os quais são os *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2011). Entretanto, para os residentes de favelas, a carência desses espaços faz falta. Além dos moradores de condomínios de luxo não usufruírem dos serviços públicos, eles geralmente não usam o seu poder de fala a fim de reivindicar direitos políticos e econômicos.

Segundo Caldeira, a visão tida do bairro do Morumbi causa perplexidade. Isso porque os edifícios de luxo da região apresentam características diferentes, como nomes que remetem à aristocracia, arquiteturas monumentais, além das

⁷ Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/39616_comunidade-de-paraisopolis-completa-100-anos-de-historia-nesta-quinta-feira-16.html. Acesso em: 14 set. 2022.

⁸ Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/dois-mundos-lado-a-lado-vila-andrade-e-face-de-uma-sp-desigual-29062022>. Acesso em: 14 set. 2022.

características excêntricas presentes nos apartamentos, como por exemplo, a construção de três quartos destinados exclusivamente para funcionárias domésticas, varandas com piscina, salas de espera para motoristas no térreo e etc. Caldeira afirma que, se a elite paulistana realmente almeja viver apenas entre os seus semelhantes (socioeconomicamente falando), os muros altos são necessários, uma vez que o luxo da elite paulistana “contrasta com a visão que se tem das janelas dos apartamentos: os mais de 5 mil barracos da favela Paraisópolis, uma das maiores de São Paulo, que fornece os empregados domésticos para os condomínios vizinhos⁹” (CALDEIRA, 2011: 247). Outrossim, os condomínios são dotados de cercas elétricas nos muros, seguranças particulares e câmeras de segurança.

A antropóloga ainda aponta para o fato das ruas no Morumbi não terem sido feitas para andar a pé, de modo que se faz necessário utilizar um automóvel particular para atividades cotidianas como comprar pão ou levar as crianças na escola. As calçadas são estreitas ou inexistentes, além do transporte público ser extremamente ineficiente, o que dificulta o trânsito dos moradores da favela de Paraisópolis que, muitas vezes, vão ao Morumbi para trabalhar. Entretanto, para os moradores de luxo do Morumbi, isso não parece ser um problema, uma vez que eles optam por viver em condomínios fechados com muros altos, os quais garantem a sua sensação de segurança, longe dos perigos oferecidos pelo resto da cidade.

No texto *Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo*, Dora Feiguin e Renato Sérgio de Lima (1995) discutem acerca de como a criminalidade urbana, em especial em sua forma violenta, afeta o cotidiano dos indivíduos das cidades médias e grandes do Brasil, ganhando cada vez mais espaço no imaginário social. Isso faz com que a população sinta insegurança e medo, sentimentos os quais são ocasionados não apenas pelo crime, mas também por fatores de desorganização presentes nas metrópoles, como é o caso de instabilidade em relação ao futuro, crescimento irregular das cidades, má distribuição de serviços urbanos e de infraestrutura, etc. (CALDEIRA, 1992; ROCHÉ, 1994 apud FEIGUIN & LIMA, 1995). Assim, o artigo se propõe a refletir sobre os efeitos que o crime causa no medo e na insegurança da população, modificando comportamentos e paisagens.

Assim como Caldeira, Lima e Feiguin defendem a ideia de que, progressivamente, as cidades assumem as feições da chamada *arquitetura do medo*, a qual refere-se a um sistema diverso de procedimentos de autoproteção

⁹ Informação desatualizada devido ao ano (2000) de publicação de *Cidade de Muros*.

adotados pela população de forma privada. É o caso da construção de muros altos ao redor das casas e edifícios, utilização de sistemas de alarme e de segurança de alto nível, cercas elétricas ao redor das residências, crescimento quantitativo de registros e de portes de armas de civis, maior número de companhias privadas de vigilância, entre outros. Essa arquitetura faz com que os cidadãos se adequem, comportamentalmente, a um novo modo de viver, além de se reinventarem no sentido de conviver com a insegurança e com o medo do crime, tendo ambos os sentimentos como normais e recorrentes em seu dia a dia.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, a quantidade de seguranças particulares já supera o número de agentes de segurança pública em todas as cinco regiões do Brasil. Na região Sudeste, em que se localiza São Paulo, há 481.818 vigilantes da rede privada, em contraponto com 338.631 agentes da rede pública, ou seja, existem, aproximadamente, 30% a mais de vigilantes privados na região. Além disso, o Sudeste apresenta os números mais expressivos de segurança se comparado com as outras macrorregiões brasileiras. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), a região Sudeste domina o cenário brasileiro de segurança em, aproximadamente, 44%.

Conforme visto, as empresas privadas de segurança já superaram, quantitativamente, a segurança pública, o que denuncia as mudanças sofridas pelo espaço público paulistano. Contudo, esse mercado esconde uma faceta de perigo para a própria população, uma vez que os vigilantes não são devidamente treinados. Eles realizam cursos defasados tanto em durabilidade, quanto em quantidade de aulas práticas, e logo tornam-se “aptos” para exercer a profissão. Por isso, surgem notícias de cenários extremamente graves, muitas vezes com óbitos de cidadãos, devido ao despreparo dos vigilantes contratados pelo lucrativo empreendimento de segurança privada. Esse cenário gera ainda mais medo para a população, a qual, além de ter medo de ser vítima de crimes violentos, passa a temer ser vítima de vigilantes despreparados, os quais deveriam defendê-los.

Na reportagem *Licenças para armas crescem quase cinco vezes no governo Bolsonaro; Exército tem 674 mil autorizações ativas, mostra Anuário*¹⁰, do G1, o

¹⁰

Disponível

em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/licencas-para-armas-crescem-quase-cinco-vezes-no-governo-bolsonaro-exercito-tem-674-mil-autorizacoes-ativas-mostra-anuario.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

próprio título já entrega o crescimento do armamento da população na sociedade brasileira, em especial num governo liberal em relação a esse tópico. Neste cenário, a quantidade de cidadãos com registro de armas de fogo cresceu em 474% durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). Os dados são provenientes dos registros ativos de armas CAC (Caçadores, Atiradores e Colecionadores).

Um outro fator importante é o fato de que, atualmente no Brasil, existem mais armas particulares do que públicas. Conforme é afirmado na reportagem: “há mais armas de fogo em poder de particulares do que em estoques institucionais de órgãos públicos, como as polícias civis, federal, rodoviária federal e guardas municipais, além de instituições como Tribunais de Justiça e Ministério Público (FARIAS, 2022).” E, ainda, existe um número considerável de armas em situação irregular (uma em cada três), de acordo com os dados da Polícia Federal, que confirma que muitas licenças se encontram expiradas.

O texto de Lima e Feiguin foi publicado em 1995 e já nessa época, praticamente 30 anos atrás, os autores afirmam que os registros e licenças de armas são variáveis de acordo com o momento político em que o país se encontra, devido a maior ou menor liberação para tal permissão. Todavia, a população procura o armamento privado cada vez mais, pois não acredita que o Estado seja capaz de prover a segurança necessária para a população. Dessa forma, os cidadãos das grandes metrópoles alegam que se sentem mais seguros ao portar mecanismos de autodefesa que - neste caso, as armas de fogo são escolhidas. Além disso, essas pessoas acreditam que o custo para se ter uma arma de fogo é insignificante se comparado aos benefícios que a mesma trás - porém, de acordo com os autores, esse argumento não pode ser verificado na prática.

As reflexões e dados presentes no artigo citado são referentes a um contingente populacional que não necessariamente se refere ao mundo do crime. Nesse, o porte de uma arma de fogo é visto com autoridade, denotando prestígio e poder ao indivíduo. Entretanto, o caso dos indivíduos que se armam no intuito de autoproteção é diferente, uma vez que a sua utilização de mecanismos de autodefesa reflete o aumento da criminalidade urbana violenta. Assim, os indivíduos que buscam a legalização do porte de armas são os que precisam das mesmas para trabalhar ou que imaginam que a sua dignidade física e moral depende disso.

Feiguin e Lima trazem uma reflexão importante acerca da origem do medo do crime violento por parte da população paulistana, o qual pretende-se, através de entrevistas de carácter exploratório, investigar no presente trabalho.

Dos fatos mencionados aqui até agora, percebe-se que muitos reforçam e até extrapolam os sentimentos de medo e de insegurança na população das grandes cidades brasileiras. [...] Será que todo o aparato de defesa montado pela população encontra respaldo na realidade objetiva dos fatos, nas estatísticas oficiais? (FEIGUIN, LIMA, 1995: 75)

Assim, tem-se que, a fim da realização de uma análise a respeito da criminalidade urbana violenta, faz-se necessário avaliar os impactos que a mesma trás para a opinião pública. Independentemente do número de ocorrências e da visibilidade do crime, é a forma como a população vê e avalia determinados tipos de violência realizadas por diversas figuras sociais que vai determinar a reação da população e o seu medo frente a tal ocorrência.

4. Medo do crime: principais contribuições

A presente seção irá se dedicar a uma revisão bibliográfica acerca do medo do crime. Primeiramente, será apresentada a linha teórica de David Garland, a qual se mostra bastante relevante para os fins deste estudo. Posteriormente, as concepções de Jonathan Simon serão introduzidas, também incluindo a sua análise de punição e sociedade em Michel Foucault, Dario Melossi e Massimo Pavarini.

O sociólogo e jurista David Garland é professor na Universidade de Nova York (NYU) e atua na área de criminologia. Seu trabalho é pautado na análise das instituições punitivas norte-americanas e as suas consequências para a sociedade, através do estudo da evolução do sistema penal. O autor foi editor e fundador da revista *Punishment & Society*, a qual é relevante nas áreas de criminologia e penologia, além de ter lecionado na Universidade de Edimburgo entre 1979-1997, ano em que entrou na NYU.

Em sua obra: *A Cultura do Controle; Crime e ordem social na sociedade contemporânea*, David Garland delinea as novas facetas que o controle do crime adquiriu nas décadas recentes, com enfoque no viés dos atores políticos e das agências governamentais presentes em cada momento. As novas políticas de contenção do crime se baseiam em uma nova relação coletiva da insegurança e do crime na sociedade, a qual é pautada pelas organizações econômicas, sociais e culturais características da era pós-moderna.

O autor estadunidense baseia sua análise nas condições políticas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha. Mas, as inflexões decorrentes do controle do crime se valem para a proposta do presente trabalho, o qual, conforme já mencionado, visa captar as percepções acerca do medo do crime dos moradores de elite do bairro do Morumbi, em São Paulo, em relação aos seus “vizinhos”, residentes da favela de Paraisópolis.

O ponto de partida da análise de Garland é a dimensão política, o que se deve ao fato das estratégias de controle do crime serem debatidas, desenvolvidas e legisladas no seio da mesma. Entretanto, as políticas recentes de controle do crime também recebem forte influência das questões culturais e sociais vigentes. Assim, para o entendimento dessas políticas, faz-se necessário considerar o tempo, o conteúdo e o apelo popular das mesmas - logo, a ponderação acerca das transformações na sensibilidade e na prática cultural são imprescindíveis. Garland ressalta que seu argumento não tira o fato da política ter como base escolhas e

decisões, mas sim que existem determinadas circunstâncias de viabilidade para que as formas de controle do crime sejam exercidas.

As altas taxas de criminalidade passaram a ser um fato social normal em determinado momento histórico, o que trouxe um grande impasse para os governos nas sociedades pós-modernas. Isso pois, junto ao índice criminal elevado, houve a falta de sucesso da resposta por parte do sistema penal-previdenciário, então, o Estado de justiça criminal moderno passou a ser visto como deficitário, no que tange à providência de um sistema apropriado de segurança pública. Tal dilema acompanhou uma mudança de postura por parte dos atores políticos e das autoridades governamentais, sobretudo no que tange a um maior foco nos efeitos decorrentes do crime (medo, vítimas, custos, etc.), ignorando as suas causas. Dessa forma, a resposta preventiva ao crime foi, cada vez mais, ganhando espaço em detrimento da punição dos indivíduos.

Outra ação proveniente dessa mudança de cenário foi a valorização de instituições privadas em relação à segurança pública. A formação de organizações híbridas, que trafegam sob as velhas fronteiras do público e do privado, tornam-se cada vez mais comuns, de modo que a população e as empresas privadas passam a focar em atividades preventivas, além dos objetivos institucionais das agências serem redesenhados, como é o caso da polícia e das prisões. Então, tornam-se bastante comuns parcerias entre o governo e as instituições privadas, visando a formação de uma infra-estrutura inédita de policiamento comunitário e de prevenção do crime.

Garland introduz dois conceitos que serão utilizados em sua análise acerca da cultura do controle do crime, que são as parcerias preventivas e a segregação punitiva. O primeiro diz respeito às parcerias realizadas entre as esferas públicas e privadas na questão do controle do crime, de modo que o Estado visa “compartilhar” as responsabilidades do mesmo, além da construção de uma infra-estrutura de prevenção do crime que vai para além da dimensão pública. Já o segundo conceito é referente à confiança inédita em metodologias pensadas para punir e excluir, em especial, a neutralização prisional.

As parcerias preventivas englobam uma infraestrutura inédita no controle do crime, unindo os esforços de agentes estatais e não-estatais, visando a prevenção do crime e o aumento da segurança das cidades a partir da diminuição de oportunidades e da conscientização em relação ao crime. É possível observar o

crescimento do policiamento comunitário a nível global, de diferentes maneiras. Enquanto o Estado busca coordenar as agências locais através de políticas referentes à moradia, planejamento, transporte, assistência social e educação, também há o surgimento de ações co-participativas entre os âmbitos público-privados.

Assim, os interesses da população privada e de empresas comerciais são associados para fins de combate ao crime. Conforme afirma o sociólogo,

Esta estratégia [...] implica um conjunto de crenças criminológicas (as novas criminologias da vida cotidiana); um estilo de governança (responsabilização, governar à distância); e um repertório de técnicas e conhecimentos, todos muito recentes e distintos dos modos de pensar e agir até então praticados (GARLAND, 2008: 314).

A estratégia da segregação punitiva, por sua vez, traz implicações que não são originais e, muito menos, inéditas em relação ao controle do crime. Como por exemplo, tem-se o encarceramento em massa, as penas corporais e as sentenças condenatórias. A chave da questão é que, para que essas ações tenham sido colocadas em prática, foi necessário apoio público e político. Para Garland, além da segregação punitiva ser caracterizada como uma maneira de atuação simbólica e de negação dos atores políticos, também existem condições existenciais que determinam o seu conteúdo e a sua forma.

O sociólogo estadunidense apresenta algumas considerações relevantes acerca da sua análise a respeito da segregação punitiva. A primeira questão se refere ao fato do duplo viés existente nas estratégias de controle do crime. Enquanto existe um âmbito punitivo, que carrega a ideia de punição das vítimas, também existe um âmbito instrumental, relacionado à proteção da população e à administração de riscos. Atualmente, a apreensão política não é somente punitiva, como também não é somente direcionada à proteção do público. O novo modelo penal defende a proteção da população e a expressão dos sentimentos dos mesmos. Além disso, penas duradouras cumpridas em prisões sem regalias e uma vida demarcada e monitorada para os indivíduos libertados, passa a ser, gradativamente, a tática penal preferida da sociedade.

A segunda questão trazida por Garland diz respeito à supervalorização da opinião pública nas medidas preventivas. Isto é, essas providências são populistas e politizadas - inclusive, muitas vezes o conhecimento de elites profissionais e de especialistas da justiça criminal é ignorado. Já o terceiro ponto se refere ao espaço

privilegiado que é concedido às vítimas, de modo que as percepções das mesmas não são verdadeiramente captadas, uma vez que já existe um modelo pré-concebido e politizado da “vítima”.

Neste cenário, é muito comum que políticos e executivos da mídia utilizem a imagem das vítimas, de forma até exploratória, com fins dos seus próprios interesses. A imagem das vítimas é projetada de maneira santificada na mídia e na política, chegando ao ponto das pessoas serem expostas, na frente das câmeras, visando o desempenho dessa função. A santificação das vítimas viabiliza um cenário no qual a demonstração de qualquer tipo de consideração pelos criminosos é demonizada, sendo visto como uma injúria às vítimas e às suas famílias. Conforme afirma Garland,

A figura simbólica da vítima assumiu vida própria e desempenha papel central no debate político. [...] a vítima do crime é, agora, de certa forma, um *personagem representativo* cuja experiência é considerada comum e coletiva, e não individual e atípica. O sofrimento dele (ou mais habitualmente dela) é representado no idioma imediato e personalizado do *mass media* e diz diretamente com os medos e raivas do público espectador, produzindo efeitos de identificação e de reforço que são aproveitados para fins políticos e comerciais (GARLAND, 2008: 318, grifos do autor).

Garland argumenta que a manipulação através dos discursos políticos e a imprensa popular panfletária são, sem dúvidas, contribuintes para uma nova experiência coletiva do crime. Contudo, ambos os aspectos não são suficientes para explicar as mudanças desse fenômeno ao longo do tempo, sobretudo no que se refere ao espaço que o medo do crime ganhou na vida dos indivíduos, envolvendo investimentos privados, votos políticos, preocupações cotidianas, etc. O sociólogo acredita que as táticas de parcerias preventivas e de segregação punitiva desenharam uma nova experiência particular do crime a partir das décadas de 1960 e 1970.

As elevadas taxas de criminalidade passaram a ser um fato social normal nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, o que fez com que um novo problema fosse criado na esfera do controle do crime, em especial para o âmbito político e para as agências governamentais. Logo, o engajamento ativo da população nesse fato social normal, viabilizou uma experiência coletiva inédita do crime e uma nova gama de possibilidades para controlar o crime.

O sociólogo estadunidense delinea a experiência do crime estabelecida historicamente como sendo “aquela constituída para, e vivida por, indivíduos

socialmente situados, que habitam o complexo de práticas, saberes, normas e subjetividades que compõem uma cultura” (GARLAND, 2008: 323). Embora essa conceituação seja ampla, Garland acredita que é possível, através da mesma, refletir acerca de diferenças históricas generalizadas, como por exemplo, as divergências entre a experiência do crime atual e a anterior, que deu base ao previdenciarismo penal. Além disso, tem-se que a experiência coletiva do crime é distinta e diversificada, em especial quando se fala de sociedades modernas. Esse fenômeno varia de acordo com grupos sociais e indivíduos, de maneira que esses estão situados de forma socialmente diferente no que tange à vitimização e a desigualdade, fatores esses, que desenham a sua percepção em relação ao crime.

A partir da década de 1960, o desenho do medo do crime modificou-se socialmente. As mudanças sócio-espaciais que ocorreram nessa época tiveram como consequência o aumento gradual e expressivo das taxas de criminalidade, e o que antes era problema das camadas mais pobres da sociedade, tornou-se uma questão para as camadas médias também. Antes, as classes médias eram muito menos atingidas pela criminalidade, mas esse fenômeno passou a afetá-los, sobretudo após a explosão do consumo no pós-guerra, em que esses grupos tornaram-se mais vulneráveis, passando a ser vítimas, com mais frequência, de crimes como furtos, roubos, invasão ao domicílio e vandalismo. Além disso, a taxa de criminalidade passou a aumentar progressivamente, ano a ano, o que também corroborou para as mudanças na consciência popular e individual da sociedade.

As transformações que ocorreram no cenário social contribuíram, em grande escala, para a mudança das percepções da classe média acerca do crime e do controle. Esses fatores, que serão explorados a seguir, são: os lares da classe média, o déficit de controle e os *mass media*.

A organização do “estilo de vida” de muitas famílias de classe média passou por transformações a partir da década de 1950. Essas mudanças, que influenciaram diretamente na estabilidade das famílias de classe média, tornaram a sua estrutura mais vulnerável, devido às novas tendências sociais que surgiram no pós-guerra. Como exemplo, tem-se o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a aquisição de automóveis em massa, a terceirização dos serviços domésticos e do suporte infantil, etc.

Essas conquistas modificaram o cenário social e, para além disso, trouxeram mais oportunidades, liberdade e bonança para tal ambiente familiar, sobretudo para

as mulheres. Entretanto, essas mudanças são acompanhadas de sentimentos de insegurança e vulnerabilidade. Nesses grupos, é preciso manejar o tempo continuamente ao realizar atividades diárias como, por exemplo, levar as crianças à escola e conciliar atividades como o trabalho e o lazer. Esse cenário tornou o ambiente familiar e seus integrantes mais suscetíveis a sofrer com o crime e com a vitimização. Dessa forma, o alto índice de criminalidade e de desordem são consequências das mudanças contínuas que ocorrem na estrutura social.

A forma como as pessoas respondem a essa nova realidade social é, por natureza, variável. Mas, em geral, elas tendem para dois lados: há os indivíduos que reagem com muita indignação e raiva, fazendo de tudo para que a situação possa ser controlada e, assim, assegurar a proteção da sua família. Mas também há indivíduos que se acostumam com a situação, lidando com o crime como mais um fator recorrente do cotidiano.

As transformações políticas que ocorreram a partir dos anos 1960 também influenciaram na relação das camadas médias com o crime. O Estado de direito passou a limitar a criminalização e a se resignar frente a crimes menores, dando ênfase aos crimes graves. Essa atitude gerou mais angústia, indignação e medo, fazendo com que muitos indivíduos pensassem que o Estado estava ignorando a questão do crime. Embora essas ocorrências tenham se dado num período social e politicamente perturbado, isso favoreceu o discurso da necessidade de adoção de atitudes mais rigorosas frente ao controle do crime e da desordem.

O terceiro e último fator que influenciou na percepção das classes médias em relação ao crime é a sua repercussão nos meios de comunicação de massa. A televisão passou a noticiar, de forma recorrente, a imagem delicada de indivíduos que foram vítimas do crime e, além disso, ainda foram negligenciados pelo sistema penal. Neste cenário, o senso de distância do problema diminuiu significativamente.

A popularização dos programas de TV acerca do crime se deu na mesma época em que os índices de criminalidade começaram a aumentar, em 1960. Isso fez com que os medos e as angústias da população ganhassem espaço e representação na mídia - esse fenômeno acaba interferindo na percepção, sobretudo emocional, que a população tem sobre o crime. Contudo, a maneira como a mídia representa o crime não necessariamente confere fidelidade às suas ocorrências, de modo que os indivíduos são convencidos de que os criminosos são mais agressivos e numerosos do que eles realmente são.

Garland defende a ideia de que a mídia dramatizou e fortaleceu uma nova experiência pública em relação ao crime e, após isso, institucionalizou essa experiência. Não é como se os meios de comunicação de massa tivessem produzido a curiosidade dos indivíduos acerca do crime, pois seria improvável o convencimento da população sem uma experiência coletiva do crime bem consolidada. Mas, nesse processo, com o retrato da criminalidade e de suas punições, tornou-se possível o depósito, através da mídia, de sentimentos como a raiva, o medo e a indignação decorrentes do medo do crime. Finalmente, tem-se que:

A opinião e o conhecimento públicos sobre a justiça criminal se baseiam nas representações coletivas e não em informações precisas; se baseiam numa determinada experiência cultural do crime e não no próprio crime. Assim, enquanto mudanças ecológicas talvez tenham reduzido a distância social das classes médias do crime, a disseminação simultânea destas práticas culturais reduziram ainda mais a distância psicológica e emocional (GARLAND, 2008: 339).

De acordo com o sociólogo norte-americano, o entendimento do suporte da sociedade às políticas do crime atuais se dá muito mais através das reações políticas e culturais das altas taxas de criminalidade, do que através das próprias taxas de criminalidade. Uma das respostas das classes médias frente ao novo cenário do crime foi o aumento da cobrança do papel do Estado e das agências penais, mas esse grupo também angariou recursos privados em prol dos seus interesses, uma vez que viram a necessidade de medidas de controle e linhas de defesa inéditas.

Em seu artigo *Sobre o conceito de pânico moral*, Garland introduz a ideia de pânico moral, a qual foi importante não só para a área da Sociologia, como também na linguagem dos debates culturais e no papel de políticos e jornalistas. Foi o sociólogo Stanley Cohen quem deu a luz a este conceito, a partir da obra *Folk Devils and Moral Panics*, junto ao conceito de *mass mediated world*.

De acordo com Cohen, episódios de pânico moral se dão numa sociedade quando alguma ocorrência entra em cena e faz com que os indivíduos, literalmente, sintam um pânico, ou melhor, um medo coletivo. Essas ocorrências são expostas de forma estereotipada pelos *mass media*, como é o caso, por exemplo, de políticos e editores. Durante esses períodos de alarme e medo, os valores e os interesses da sociedade são postos em risco. O pânico pode se dar através de uma ocorrência social recente, ou de um fato antigo que voltou à tona, além de ser comum a busca

por soluções por parte da população. Pode ser também que um episódio de pânico moral seja rapidamente esquecido pelos indivíduos, ou pode ser que ele se prolongue na memória coletiva, fazendo com que mudanças sócio-políticas ocorram.

Garland aponta que as causas de episódios de pânico moral podem variar de acordo com o seu enfoque e com a sua natureza. É comum, entretanto, que os motivos iniciais desses períodos estejam relacionados com mudanças na ordem moral, social e econômica de uma sociedade. Além disso, existem circunstâncias que propiciam o pânico moral, sendo elas: a presença de um *mass media* que seja sensacionalista; o surgimento de alguma maneira inédita ou não divulgada de desvio; a presença de um grupo de indivíduos que sejam ou estejam aptos a serem marginalizados; uma audiência pública que já esteja preparada e comovida (GARLAND, 2019).

Garland resgata, também, a relação da demonização de indivíduos com os pânicos morais na análise de Cohen. Esse autor argumenta que o desvio é ampliado devido à repercussão da mídia e à expansão do controle social, que tendem a enrijecer o desvio original, ou até mesmo amplificar a atenção, em sua atividade, para possíveis desviantes. Garland afirma que Cohen não traz, de forma explícita, a atribuição de “demônios populares” para determinados grupos desviantes, a qual acontece devido aos seus atributos que respondem ao que traz as sensações de ambivalência e de culpa na sociedade. Vale ressaltar que esse argumento está explícito na obra *Policing the Crisis* (1978), de Hall e colaboradores.

Ainda acerca dos sujeitos que são escolhidos para serem alvos dos pânicos morais, tem-se que a sua definição não se dá de forma aleatória. Eles são bodes expiatórios culturais, que apresentam comportamentos desviantes que evocam um forte sentimento de medo para os indivíduos, sobretudo devido ao fato de estarem associados a desejos inconscientes e a angústias pessoais. Além disso, os *mass media* geralmente são grandes beneficiários dos períodos de pânico moral, uma vez que, a partir dessa efervescência cultural, eles contribuem para o desenvolvimento do caso desviante, através da sua divulgação em jornais e da produção de notícias.

As contribuições de Jonathan Simon também se farão relevantes para o presente trabalho. Atualmente, o autor norte-americano é professor de criminologia na Universidade de Califórnia (UC) em Berkeley, e também diretor do Centro de Estudos Direito e Sociedade na mesma instituição, além de ser especialista em justiça criminal. Simon se concentra, majoritariamente, no entendimento de como as

políticas públicas que foram aplicadas a partir da década de 1970 tiveram como consequência uma percepção de marginalização social dos criminosos, a qual se deve, em grande parte, ao surgimento de leis que beneficiam o poder punitivo estatal, para além da ênfase na figura do promotor. Em suma, esses aspectos resultaram numa era de encarceramento em massa.

Giane Silvestre escreve sobre uma das principais obras de Simon: *Mass incarceration on trial: a remarkable court decision and the future of prisons in America*. Nas últimas quatro décadas, os Estados Unidos enfrentam um fenômeno de encarceramento em massa, o qual é de conhecimento tanto de estudiosos, que buscam encontrar as razões políticas e jurídicas que concederam tal cenário ao país, quanto da população em geral. Contudo, existe uma manifestação ainda mais recente, que não é do conhecimento de todos, que é a diminuição dos índices de encarceramento em massa nos Estados Unidos. E é isso que Simon estuda em sua obra, trazendo, sobretudo, uma visão geral acerca das prisões na Califórnia, através das decisões da Suprema Corte Federal que geraram uma visão mais humanitária e empática em relação aos presos.

Simon inicia a sua obra apresentando a rebelião que ocorreu no presídio de San Quentin em 1971. Nessa ocasião, cerca de 1500 prisioneiros se revoltaram contra as circunstâncias torturantes a que eram submetidos dentro da prisão. Na época, havia em torno de 2,3 mil prisioneiros aglomerados em uma prisão feita para 1,6 mil pessoas. As condições precárias do Centro Correccional de Attica, localizado em San Quentin, no interior do Estado de Nova Iorque, fornecia uma condição extremamente precária de vida aos prisioneiros, tanto nas suas condições de moradias, quanto nos violentos e desvalorizados turnos de trabalho aos quais os indivíduos eram subordinados.

O sociólogo estadunidense acredita que esse levante, de certa forma, colaborou para uma mudança na visão pública acerca dos presos, a qual logo foi afetada por uma nova onda de percepção pública acerca do crime que tomou conta da população entre o final da década de 70 e o começo da década de 80. Nesse cenário, a percepção do presidiário como uma pessoa desviante em “tratamento”, logo tornou-se um “terrorista revolucionário” e um *serial killer* sem tratamento - o que resultou, sobretudo, no aumento da punição que era defendido por políticos que viam o “endurecimento” das leis como solução para o crime e ao medo do crime, que já foi analisado neste texto a partir das contribuições de Garland.

A visão empática apresentada socialmente pela figura do presidiário foi logo substituída, o que corroborou para um cenário em que as leis tornaram-se mais rígidas, especialmente no que tange aos crimes violentos e de drogas. A durabilidade das penas para reincidentes aumentou, as pessoas de alto e baixo risco foram encarceradas com prazos exorbitantes e de forma precarizada. Simon define esse cenário como *total incapacitation*, que refere-se ao aprisionamento aplicado pelo maior período de tempo imaginável, toda vez que um criminoso traz qualquer medida de risco para a sociedade (SIMON, 2012 apud SILVESTRE, 2014).

O panorama de endurecimento das leis influenciou diretamente nas decisões dos juízes, que começaram a ver, praticamente de forma consensual, o encarceramento como solução para o controle do crime. E é nesta transição a respeito da utilização dos presídios, a qual foi influenciada pelo veredito da Suprema Corte, que Simon elabora a argumentação da sua obra. Essa, tem como ponto principal o contexto da Califórnia, que vem diminuindo as taxas de encarceramento desde 2009. O Estado se transformou em um exemplo de redução do encarceramento em todo os Estados Unidos, que foi decorrente de resoluções judiciais a respeito da violação dos direitos dos presidiários e a superlotação dos presídios.

Ao analisar as decisões da Suprema Corte, Simon ressalta o episódio *Plata v. Davis* (2001), o qual tornou evidente que as construções das prisões norte-americanas desconsideram, completamente, os direitos humanos dos presidiários. Logo, um cenário de mudança da opinião pública acerca dos presos tornou-se realidade, à medida que a população começou a vê-los como seres humanos em risco de morte devido às condições precárias de vida a que eram subordinados.

A última decisão analisada por Simon foi *Brown v. Plata* (2011) que, segundo o autor, mudou o rumo do encarceramento em massa dos Estados Unidos. Nesse evento, a Suprema Corte estabeleceu que o Estado da Califórnia teria a obrigação de reduzir em 25% a sua população carcerária num período de dois anos. De acordo com o sociólogo, essa decisão resultou em dois efeitos principais: um prático e outro simbólico.

O efeito simbólico diz respeito à visão empática que foi sendo criada em relação aos presídios e aos presidiários, uma vez que foram utilizadas imagens, inclusive na sentença, que denunciavam a superlotação e, por consequência, as

condições desumanas das prisões. Esse cenário abriu portas para que o encarceramento em massa fosse reconsiderado.

Já a medida prática foi o *Public Safety Realignment*, que foi uma nova política de segurança pública implantada na Califórnia. Essa resolução deslocou o financiamento e a responsabilidade dos presidiários do Estado para os Condados. Como exemplo, tem-se a decisão dos presidiários que cometeram crimes de menor gravidade e sem antecedentes criminais terem sido transferidos para o controle do condado, e não mais das prisões estaduais. O *Realignment* trouxe resultados significativos para a Califórnia. No primeiro ano da sua implementação, a população encarcerada diminuiu em, aproximadamente, 27 mil pessoas. Entre os anos de 2011 e 2015, a população carcerária do Estado apresentou uma redução de mais de 50 mil presos. Além disso, segundo os dados do *Bureau of Justice Statistics*, a redução de 70% dos presos dos Estados Unidos, desde 2011, foi decorrente do *Public Safety Realignment Initiative*.

Simon finaliza sua obra otimista em relação à visão da população num geral acerca das prisões e dos presidiários. O autor acredita que o novo consenso que foi criado do sistema prisional irá perdurar, sobretudo devido às condições desumanas a que os presos são submetidos, à qual contrapõe-se com a visão difundida no início da década de 70, que via os presos como criminosos violentos que necessitam de *total incapacitation*. A visão do sociólogo é contrária à de outros autores que analisam o encarceramento contemporâneo, como é o caso de Garland, que afirma que a prisão contemporânea é substancial para a manutenção da ordem social, de modo que atende às demandas sociais punitivas.

Por fim, vale ressaltar que todo o contexto analisado por Simon refere-se à realidade norte-americana, contudo, estudar esse caso pode ser útil na análise do cenário nacional. As taxas de população encarcerada no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, crescem sem parar há décadas, além do país apresentar o terceiro lugar no *ranking* mundial do número de presidiários. Esse crescimento, no Brasil, se deu em parte por uma tentativa falha de queda de criminalidade através de uma demanda punitiva avassaladora, a qual encontrou apoio tanto dos órgãos de segurança pública e justiça criminal, quanto dos legisladores.

Em seu texto *Punição e as tecnologias políticas do corpo*, Simon analisa duas obras importantes no campo de punição e sociedade: *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, e *Cárcere e Fábrica*, de Melossi e Pavarini, sobretudo no que tange às

transformações da prática penal e das tecnologias de poder sobre o corpo humano. O sociólogo defende que o conteúdo presente nessas obras pode ser utilizado para analisar outras etapas da evolução penal, além de apresentar a análise de autores contemporâneos, como por exemplo, Garland, que seguiram a mesma forma de análise. Esses autores foram além da revisão da história prisional, prosseguindo na história ao apresentar duas outras fases de transformações densas na punição, sendo elas: a socialização da punição no *welfare state* e a gestão de riscos no período neoliberal.

A década de 1970 foi bastante relevante no que tange ao reconhecimento do campo de punição e sociedade como uma área intelectual produtiva e distinta, unindo os conhecimentos da Sociologia, da Ciência Política, da Criminologia e da História. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão e Cárcere e Fábrica* foram, de acordo com Simon, provavelmente as obras que mais contribuíram para o restabelecimento da Sociologia da punição ao longo do século XX. Os livros foram escritos de forma totalmente independente um do outro. O primeiro, escrito pelo filósofo e historiador francês Michel Foucault, foi publicado em 1975. Já o segundo foi publicado dois anos depois, e escrito pelos sociólogos italianos Dario Melossi e Massimo Pavarini.

Ambos os livros focam em analisar as mudanças que ocorreram nas formas de punição no final do século XVIII. Enquanto Foucault fala sobre o “nascimento da prisão”, Melossi e Pavarini falam sobre as “origens da penitenciária”. Embora os autores não tenham sido os únicos a dar atenção ao tema de punição e sociedade na época, eles ganharam destaque por trazer luz à ligação entre as transformações da punição e a elaboração dos recursos disponíveis para o controle e para a coordenação de corpos humanos visando a execução de autoridade ou poder político. Neste cenário, as obras analisaram a prisão primitiva e as atividades carcerárias antes dela, justamente devido a sua habilidade de utilizar tecnologias de poder eficientes contra o corpo.

As duas obras buscaram entender as razões pelas quais a penitenciária foi criada entre os séculos XVIII e XIX, além do surgimento de uma economia capitalista industrial. Foucault e Melossi e Pavarini ressaltaram a relevância da disciplina enquanto uma tecnologia de poder específica, a qual tornou possível o surgimento da penitenciária, como forma de resolução para as questões políticas decorrentes dos métodos tradicionais de punição do martírio público que passou a ser refutado no final do século XVIII. Em seu artigo, Simon pretende recapitular a análise da

reconstrução da prática penal acerca das tecnologias de poder sobre o corpo humano e o seu comportamento, além de analisar as relações que surgiram a partir do nascimento da prisão, que ambos os livros se propõem a fazer.

Para o sociólogo estadunidense,

a análise da mudança nos métodos penais através das tecnologias políticas fornece um enquadramento produtivo de “médio alcance” que pode ajudar a identificar e organizar evidências sobre práticas e técnicas específicas no nível micro, e sondar o relacionamento entre instituições e práticas penais em mudança e desenvolvimentos nas estruturas política e econômica da sociedade, em nível macro (SIMON, 2013: 223).

Simon argumenta que é mais produtivo pensar as tecnologias de punição e a tecnologia política do corpo em três períodos históricos distintos, além de afirmar que considerar as disciplinas apenas como uma tecnologia política que reconstitui a evolução da punição é mais efetivo. A primeira fase, em que a economia política era o capitalismo industrial emergente (século XVIII - XIX), caracteriza-se pelo nascimento da penitenciária, em que a tecnologia de controle era a disciplina e o treino do corpo a partir de um trabalho detalhado. Já a natureza do sujeito penal eram os indivíduos desobedientes das “classes perigosas” que deveriam se transformar num trabalhador “dócil e útil” (SIMON, 2013).

Já o segundo período tange ao surgimento do “welfarismo penal” (ou “social”). Esse se deu na era do capitalismo do bem-estar (século XIX - XX), no qual o corpo era controlado na comunidade a partir de vigilância, exames padronizados e entrevistas. Além disso, a natureza do sujeito penal era o adulto defeituoso que teve a sua integração social afetada por deficiências físicas/psicológicas ou pela sua condição de imigrante. Por fim, o desenvolvimento do encarceramento em massa se deu no período neoliberal (século XX - XXI), no qual a contenção se dá a partir do confinamento ou do monitoramento ininterrupto da posição do corpo. Já a natureza do sujeito penal é a de “predador”, que é considerado um infrator de alto risco, favorável à reincidência ou a cometer crimes violentos (SIMON, 2013).

Existem diferenças interculturais na análise da punição, diferenças essas, que existem até entre sociedades industriais liberais e industriais avançadas. Assim sendo, o autor defende que para a análise acerca do nascimento da prisão e do período consecutivo a esta, no qual a formação dos métodos penais modernos foram reestruturados pela inserção de tecnologias de poder inéditas, faz-se necessária a diferenciação desses períodos históricos. Vale ressaltar que Simon

atribui maior ênfase à uniformização das duas primeiras fases, sendo a segunda pautada na realidade norte-americana.

O ponto em comum entre a análise de Foucault e de Melossi e Pavarini são as tecnologias de poder, devido a sua capacidade analítica no contexto histórico da reestruturação penal, sendo “um método que compreende o campo de forças, tanto intelectual quanto material, que práticas penais exercem sobre o corpo de sujeitos penais e sobre os efeitos de verdade e poder resultantes” (SIMON, 2013: 225). Assim, as duas obras analisam o aparecimento de um sujeito penal particular, sob a lente do crime e da punição.

A razão pela qual a prisão disciplinar surgiu no final do século XIX como uma resposta praticamente global para a punição daqueles que cometeram crimes (graves ou menores) é investigada tanto por Foucault, quanto por Melossi e Pavarini em suas respectivas obras. Os autores procuram saber por quê “a disciplina, a arte de vigilância, exercício e julgamento” (SIMON, 2013: 227) emergiu e se impôs de maneira uniforme na sociedade moderna.

Foucault acredita que a prisão tornou-se uma forma predominante de punição nas sociedades contemporâneas devido à crença dos indivíduos de que ela seria a melhor forma para que as leis criminais que protegem a propriedade fossem respeitadas. A prisão atua a partir da disciplina e do autocontrole, que são mandatórios para os criminosos quando presos. E, em conjunto com a polícia metropolitana, que emergiu no século XIX, o sistema penal visa atuar como uma forma de controle constante e desobstrutivo. Entretanto, o autor francês afirma que os moldes da prisão não têm embasamento teórico, e muito menos prático, mas refletem as instituições e as técnicas fundamentadas numa tecnologia de poder disciplinar em toda a sociedade. Assim, a representação da disciplina aparece como solução para a punição, diante dos problemas político-econômicos que ocorreram no século XIX.

Melossi e Pavarini afirmam que as tecnologias disciplinares foram difundidas por toda uma gama de instituições particulares destinadas à população mais pobre. A prisão, através da disciplina, torna-se uma instituição que traduz um novo método fidedigno para a reconstrução da punição num período de capitalismo industrial. Então, Foucault, Melossi e Pavarini ratificam que os indivíduos marginalizados das classes mais baixas tornaram-se alvos do poder punitivo disciplinar. Dessa forma, as classes baixas, que inclusive ainda não tinham alcançado ocupações

suficientemente lucrativas no início do século XIX, passaram a ser vistas como “classes perigosas”, e foram vistas com um olhar medroso pelas classes altas da Europa e dos Estados Unidos.

As duas obras defendem que a penitenciária foi planejada visando a construção de uma subjetividade distinta. Foucault defende que as práticas disciplinares formam, sobretudo, um sujeito delinquente, uma pessoa normal ou anormal, da qual a sua trajetória criminal passou a ser uma questão permanente dentro do sistema legal. Já Melossi e Pavarini defendem a ideia do sujeito disciplinado proveniente do ofício industrial. Isto é, a prisão é pensada para que o sujeito aprenda a disciplina da produção.

Diferente de Garland, Foucault não deu atenção à virada penal do começo do século XX. Para Simon, o destaque que o sociólogo estadunidense deu aos atributos distintivos do welfarismo penal é significativamente relevante, pois “tecnologia disciplinar é sobre treinamento corretivo do corpo. Ela opera a partir de posições fixas em instituições fechadas para produzir vigilância completa e obediência internalizada no prisioneiro” (SIMON, 2013: 237).

É comum que a efetividade do neoliberalismo seja questionada nas sociedades contemporâneas, sobretudo no que se refere aos campos da política e da economia. Esse questionamento também ocorre no âmbito penal, uma vez que o *welfare state* garantiu que haveria mais segurança para os indivíduos. Entretanto, isso não ocorreu na realidade. Ao contrário, os cidadãos viram os líderes políticos dando maior ênfase aos mercados desregulamentados e atribuindo, mais do que o esperado, a responsabilidade pela segurança econômica e social para os indivíduos.

Nesse contexto, as premissas do welfarismo penal passaram a ser, quase que universalmente, questionadas. De acordo com essa corrente de pensamento, a comunidade teria uma gama de meios para realizar uma reforma correcional que o Estado poderia executar na prisão. Porém, essa ideia tornou-se insustentável na prática, sendo uma das premissas que foram quebradas no que diz respeito à providência do Estado em relação à segurança e ao bem-estar.

Nos Estados Unidos e, de certa forma, na Europa, o desenvolvimento de classes baixas e de uma nova forma de pobreza isolada economicamente tornou inviável a existência das redes sociais que o welfarismo penal pretendia criar, as quais iriam realizar a reintegração dos criminosos. A classe média e toda a sociedade de consumo demonstrou uma convicção alta no poder da propriedade

privada. Assim, os cidadãos começaram a apresentar um comportamento social mais vulnerável, à medida em que tornaram-se cientes do risco de serem vítimas de crimes que existiam.

Outrossim, eles passaram a dar menos importância às propriedades públicas como, por exemplo, meios de transporte, centros das cidades, parques e escolas. Com a democratização alastrada, novos modos de controle social surgiram, como é o caso de centros policiais violentos e hospitais psiquiátricos que, além de serem menos tolerantes no âmbito político, são a favor de punições intransigentes para o crime, supostamente embasadas no mercado (HARCOURT, 2005, 2011 apud SIMON, 2013).

As tecnologias de precaução surgiram no final do século XIX no contexto trabalhista, sobretudo nas indústrias de maquinaria, devido aos acidentes de trabalho. Assim, foram criadas técnicas, dentro do local de trabalho, que visam a prevenção de acidentes e de lesões, e também a redução de danos de acidentes inevitáveis. Esse fenômeno não se restringiu ao labor, sendo possível identificar diversas tecnologias de precaução no âmbito penal. Nesse cenário, o modelo da propriedade privada, principalmente a propriedade privada em massa, como é o caso de condomínios fechados, por exemplo, tornou possível a escolha dos indivíduos em relação à precaução do crime. Logo, os cidadãos adquirem recursos materiais para aumentar a sua segurança individual contra o crime, através da lógica pessoal de consumo.

Enquanto os criminosos são confinados em prisões, os indivíduos comuns também são confinados, mas dentro de sua própria realidade. Isto é, buscando fugir do risco do crime, essas pessoas se fecham dentro dos seus próprios espaços, criando áreas passíveis e áreas não passíveis de circulação, no intuito de se fechar ao máximo possível contra o risco do crime. Nesse cenário, portões e dispositivos de controle são adotados (DAVIS, 2001 apud SIMON, 2013).

5. Entrevistas e análise de resultados

A presente seção se dedicará a apresentar uma análise acerca das entrevistas que foram realizadas para este trabalho. As entrevistas foram feitas no Morumbi, apenas com residentes do bairro, visando captar a percepção dos mesmos acerca do medo do crime e da violência na região. Além disso, as entrevistas foram gravadas (e, posteriormente, transcritas para fins analíticos) na própria casa dos entrevistados. As pessoas receberam a entrevistadora de forma convidativa, oferecendo café, água, simulando um bate papo comum entre colegas de bairro. Como a entrevistadora é residente do bairro do Morumbi, suspeita-se que a recepção dos entrevistados e das entrevistadas esteja relacionada a isso, não só por ter sido abordado um tópico extremamente corriqueiro dentre os moradores do bairro, mas também pelo fato da entrevistadora, uma jovem mulher de 22 anos, da mesma classe social e cor (branca) que os entrevistados(as), não causando-os a sensação de medo.

Foram realizadas onze entrevistas¹¹, como pode ser verificado no tabela 1 abaixo. Todas as pessoas foram convidativas, conforme já mencionado e, em alguns casos, entrevistaram-se membros de um mesmo núcleo familiar (no caso, foram dois casais e uma mãe e sua filha que moram na mesma residência), o que mostrou-se bastante interessante por captar percepções parecidas entre eles. Algumas pessoas se sentiram mais à vontade para detalhar a sua visão acerca da sensação de segurança no bairro do Morumbi e as suas experiências com o crime. Outras foram mais enxutas e apresentaram respostas mais diretas. Como o roteiro é semi-estruturado, algumas perguntas foram realizadas de acordo com os relatos dos entrevistados(as), por isso as questões variam. Por fim, os dados obtidos nesta pesquisa qualitativa serão descritos com mais detalhes a seguir, para que, em seguida, seja realizada uma análise.

Tabela 1. Informações dos entrevistados(as).

ENTREVISTADOS	GÊNERO	FAIXA ETÁRIA	FAIXA DE RENDA FAMILIAR
ENTREVISTADO	FEMININO	50-59 ANOS	R\$ 10.000,01 -

¹¹ Verificar roteiro de entrevista semi-estruturado no Apêndice.

N.º 1			R\$20.000,00
ENTREVISTADO N.º 2	MASCULINO	70+ ANOS	R\$ 10.000,01 - R\$20.000,00
ENTREVISTADO N.º 3	FEMININO	40-49 ANOS	R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00
ENTREVISTADO N.º 4	FEMININO	70+ ANOS	R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00
ENTREVISTADO N.º 5	MASCULINO	70+ ANOS	R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00
ENTREVISTADO N.º 6	FEMININO	60-69 ANOS	R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00
ENTREVISTADO N.º 7	FEMININO	20-29 ANOS	R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00
ENTREVISTADO N.º 8	FEMININO	30-39 ANOS	R\$ 10.000,01 - R\$20.000,00
ENTREVISTADO N.º 9	MASCULINO	20-29 ANOS	R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00
ENTREVISTADO N.º 10	FEMININO	50-59 ANOS	R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00
ENTREVISTADO N.º 11	MASCULINO	50-59 ANOS	R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00

Fonte: elaboração própria a partir do trabalho de campo.

Os dois primeiros entrevistados foram um casal que vive no Morumbi há cerca de 16 anos, quando seu filho mais velho nasceu. O casal tem dois filhos que moram com eles e, apesar de nunca terem sido vítimas de qualquer crime no bairro, demonstraram sentir bastante medo. Ambos não deram muitos detalhes, sendo que as entrevistas tiveram um curto período de duração. Mas foi através de algumas respostas que o medo pôde ser captado. O casal não permite que os filhos andem sozinhos na rua e nem que se locomovam de táxi/uber ou transporte público. Ao perguntar sobre a locomoção dos seus filhos, que não são mais crianças, sua mãe (entrevistada n.º 1) respondeu: “Não... [hesitação]. Jamais. Jamais deixo meus filhos

andarem sozinhos por aí. Sempre levamos eles e, de dia de semana, temos um motorista particular” (mulher, 50-59 anos, 2023).

Tanto o primeiro, quanto o segundo entrevistado, afirmaram que é muito raro saírem à noite, justamente por acreditarem que seriam vítimas de um assalto na região se saíssem nesse período do dia. Além disso, ambos crêem que o aumento do policiamento e da iluminação no bairro iria diminuir a incidência de crimes, entretanto, eles consideram que ambos são insuficientes. Outro ponto que chamou atenção, reiterando mais ainda o medo que o casal sente, foi o fato deles morarem num condomínio próximo a favela de Paraisópolis e próximo ao chamado *ladeirão*, mas evitarem ao máximo passar por perto desses locais.

O entrevistado número dois, inclusive, afirmou que isso foi um fator decisivo ao escolher a escola dos seus filhos, optando por uma instituição que fugisse de caminhos considerados perigosos por ele. Outrossim, vale destacar uma definição do *ladeirão* que foi veiculada no jornal R7: “A rua Doutor Francisco Tomás de Carvalho, conhecida como ‘Ladeirão do Morumbi’, é um famoso ponto de assaltos na zona oeste de São Paulo. O ‘ladeirão’ fica ao lado da favela de Paraisópolis e liga o Morumbi à marginal Pinheiros”¹² (R7, 2014). Essa visão se revelou bastante comum entre os(as) entrevistados(as) do presente trabalho.

A entrevistada n.º 3 é divorciada e mora apenas com o seu filho de 32 anos. Ela já foi vítima de furto no Morumbi duas vezes e, explicitamente através das suas falas, relatou ter bastante medo. A entrevistada afirmou que ficou traumatizada após as ocorrências, se restringindo a praticamente tudo que fazia: deixou de sair à noite com as amigas, de passear na rua com o cachorro, enfim, ela afirmou que sua vida mudou devido ao medo. Isso pode ser observado na própria fala da entrevistada:

Não, eu não me sinto segura para sair sozinha no Morumbi. Não saio à noite nem aqui para passear com o cachorro aqui na calçada do condomínio. Não dirijo à noite. Enfim, me privo de tudo pela insegurança mesmo, pelo medo. Bom, o meu filho já é maior [de idade]. Ele anda sozinho, mas eu sempre fico muito preocupada. Não durmo enquanto ele não chega (mulher, 40-49 anos, 2023).

A entrevistada afirmou, outrossim, que vê os condomínios investindo em mais segurança e levantando mais muros. Ela mesma, inclusive, trocou as portas de casa e colocou fechaduras especiais, além de reiterar que toma muito cuidado ao sair de casa, buscando sempre sair só com dinheiro e documento, mas sem celular, por

¹²

Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/ladeirao-do-morumbi-e-conhecido-ponto-de-assaltos-na-zona-oeste-de-sao-paulo-28042014>. Acesso em: 22 mar. 2023.

medo de ser roubada. Ademais, ela ressaltou que sempre está em estado de alerta. A entrevistada disse que não vê mudanças por parte da segurança pública e, por isso, acaba investindo na sua segurança de forma privada.

O quarto e o quinto entrevistados foram um casal de idosos. Embora as entrevistas tenham sido realizadas individualmente, novamente as respostas do casal foram parecidas, assim como aconteceu com os dois primeiros entrevistados. As respostas das entrevistas do casal de idosos se mostraram inesperadas, pois eles sofreram um sequestro relâmpago ano passado no Morumbi e, mesmo assim, afirmaram com segurança que nunca sentiram medo morando na região.

O casal de idosos mora próximo ao Estádio Cícero Pompeu de Toledo ou, como é mais conhecido, Estádio do Morumbi. A região próxima ao estádio é conhecida pela ocorrência de muitos assaltos, e muito temida também. Além disso, o campo de futebol é muito próximo às entradas da favela de Paraisópolis. O casal de idosos relatou, com detalhes, o único crime do qual foram vítimas nos mais de 50 anos em que eles moram no Morumbi. Eles disseram que tudo começou por telefone quando, segundo as suas próprias palavras, criminosos alegaram estar com o seu filho mais velho e, para libertá-lo, seria preciso que o casal liberasse o dinheiro que tinham guardado nas suas contas de banco.

O casal ficou a madrugada inteira com os assaltantes no telefone, que não os permitiam desligar a linha. Eles relataram que não tiveram coragem alguma de entrar em contato com algum dos seus outros quatro filhos, pois acreditaram piamente que um dos seus filhos estava sob cárcere privado. Pela manhã, os assaltantes buscaram o casal e passaram em dois bancos com eles para sacar dinheiro. A família do casal soube que eles não estavam em casa pela manhã quando a funcionária doméstica chegou para trabalhar e não os encontrou - o que foi bastante inusitado, pois ambos têm mais de 80 anos, não dirigem mais e não costumam sair sem os filhos.

Foi relatado que os filhos do casal entraram em bastante desespero, e acionaram a polícia do bairro quase que imediatamente. Entretanto, eles só conseguiram encontrá-los por volta de 11 horas da manhã quando, ao chegar no terceiro banco, a gerente do mesmo desconfiou que havia algo de errado e ligou para uma das filhas do casal, que gerencia os seus bens e tem uma conta conjunta.

Conforme já foi mencionado, o casal reiterou diversas vezes não sentir medo de morar no Morumbi. A entrevistada número quatro afirmou que só sentiu medo

alguns dias após a ocorrência, mas que logo passou. Eles disseram que moram no bairro há muito tempo e que, como essa foi a única ocorrência desagradável pela qual passaram, não há motivo para ter medo, como pode ser verificado pela seguinte constatação:

Não ando sozinha na rua, nunca andei aqui. Aqui só tem casa, não tem comércio, não tem nada. Sempre de automóvel, sempre guiei e nunca fiquei com medo nem com nada. Porque nunca aconteceu nada de extraordinário também, né, porque segurança não tem lugar nenhum, em lugar nenhum. Mas aqui eu não fico pensando nisso. Fico tranquila (mulher, 70+ anos, 2023).

Porém, vale ressaltar que, logo após o ocorrido, os filhos do casal contrataram um segurança particular que operou por um mês na casa deles, até que eles se mudassem para um apartamento. De acordo com os entrevistados, seus filhos os obrigaram a mudar para um apartamento em um condomínio fechado após o ocorrido. O condomínio é próximo a sua antiga casa, mas conta com onze torres e diversos seguranças particulares que trabalham dia e noite nos portões do condomínio. Logo, embora o casal afirme não sentir medo, ainda assim houve uma mudança considerável de hábitos após o sequestro.

As entrevistadas número seis e sete também são do mesmo núcleo familiar (mãe e filha). Ambas moram juntas em uma casa no Morumbi, próximo ao Hospital São Luiz Morumbi, uma área residencial mais nobre do bairro. Novamente, as respostas se mostraram parecidas entre o mesmo núcleo familiar. A entrevistada número seis (mãe) mora há cerca de 40 anos no Morumbi, e foi vítima de assalto apenas uma vez, quando assaltantes roubaram o seu carro. Esse crime ocorreu quando a entrevistada era jovem, então ela afirmou que não lembra muito bem da sua reação na época. Entretanto, a entrevistada relatou que há cerca de cinco anos, ao buscar sua filha na escola, viu um assalto na sua frente no *ladeirão* e, após isso, nunca mais teve coragem de passar por lá.

A entrevistada número sete (filha) é jovem, tem 23 anos, e sempre morou no Morumbi. Assim como a sua mãe, ela acredita que a região onde ela mora é menos perigosa do que os arredores do Estádio do Morumbi e, por isso, afirmou não sentir medo de morar em uma casa de rua. A entrevistada já foi vítima de furto no bairro, e relatou que estava andando na rua à noite, passou uma moto, o motociclista parou e pediu o celular desbloqueado. Ela disse que o acontecimento se deu na Avenida Giovanni Gronchi, quando ainda estava na escola e que, após se formar, nunca mais passou pela região. Ao relatar o episódio de furto, a entrevistada reiterou que

acredita que existem áreas mais perigosas no Morumbi, onde ocorrem mais assaltos, como é o caso da Avenida Giovanni Gronchi e do *ladeiraão*, mas que onde ela mora é mais tranquilo e, por isso, não sente medo. Contudo, as entrevistadas contratam um guarda particular que cuida da rua, adotando, assim, um meio de segurança privado recorrente.

Vale ressaltar que as entrevistadas número seis e sete acreditam que é extremamente necessário que os indivíduos prestem atenção em sua volta para evitar assaltos, como pode ser verificado nas suas próprias falas: “As pessoas precisam prestar mais atenção na hora de sair, olhar a rua e não ficar no mundo da lua. Mesmo. Uma das razões para não ser assaltado é você estar alerta” (mulher, 60-69 anos, 2023). E a sua filha seguiu a mesma lógica ao afirmar que

Acho que grande parte dos crimes, tipo, de roubos que tem aqui perto são, de tipo, descuido das pessoas. Você entrar em casa com portão aberto e deixar o portão aberto e aí algum carro pega e entra junto. Tipo, acho que a polícia não conseguiria combater na hora disso (mulher, 20-29 anos, 2023).

A entrevistada número oito tem 30 anos e também morou a sua vida inteira no Morumbi. Ela mora num condomínio fechado próximo a Avenida Giovanni Gronchi, e foi furtada uma única vez no bairro quando estava num bar - ao chegar em casa, percebeu que seu celular não estava na bolsa. O assaltante tentou acessar suas informações pessoais, mas ela conseguiu bloquear tudo a tempo. A entrevistada disse que, após essa ocorrência, passou a contratar seguro de celular sempre. Ela afirmou que nunca deixou de sair por medo, mas que, depois que foi furtada, começou a prestar mais atenção ao sair de casa.

Ademais, a entrevistada número oito não acha que apenas o policiamento ajudaria na diminuição do crime e da violência, de acordo com a sua própria fala: “Acho que essas regiões têm que ter mais, mais comércio, mais coisas que façam as pessoas ficarem na rua. E não ser um bairro residencial e de condomínio tão afastado” (mulher, 30-39 anos, 2023).

O entrevistado número nove é um jovem de 21 anos, que mora com os pais e sempre morou no Morumbi. Ele também mora próximo à Giovanni Gronchi e foi furtado uma vez, voltando para casa de Uber, ao passar pela favela de Paraisópolis, dois assaltantes abordaram o carro e levaram as carteiras e os celulares (do passageiro e do motorista). O entrevistado afirmou que ficou em estado de choque após a ocorrência, mas que não deixou de fazer nada que fazia antes e não se sentiu traumatizado. Além disso, ele relatou que, hoje em dia, evita passar nos

arredores da Paraisópolis por conta do perigo, mas às vezes acaba passando por lá rapidamente para fugir do trânsito intenso da região.

O entrevistado comentou que, recentemente, dois assaltantes invadiram dois ou três prédios na sua rua e, após isso, o prédio em que ele mora adotou novas medidas de segurança. Além dos edifícios terem se unido para contratar uma empresa de segurança privada que faz ronda na rua durante o dia todo, “além disso, não sei se importa, mas depois do acontecido no prédio que eu moro também reforçaram a segurança. Uma porta mais forte, blindada, mais câmeras, esse tipo de coisa” (homem, 20-29 anos, 2023).

A entrevistada número dez tem 51 anos e mora no Morumbi desde que se casou, há 20 anos. Ela relatou já ter sofrido duas tentativas de roubo na região. Na primeira vez, ela estava na Avenida Giovanni Gronchi com trânsito parado quando um assaltante passou em frente ao seu carro com uma arma de fogo na mão, olhou dentro do carro duas vezes, algo o fez recuar, e o assaltante se dirigiu ao carro que estava atrás. Na segunda vez, a entrevistada estava na Avenida Morumbi parada no semáforo quando um assaltante de motocicleta parou ao seu lado e apontou uma arma de fogo em sua direção. Ela disse que sentiu pânico na hora e, por isso, acelerou e fugiu.

Após as suas experiências com o crime, a entrevistada afirmou que começou a sentir medo de sair durante o dia e à noite, principalmente quando precisa ficar parada no semáforo. Ela relatou que, hoje em dia, é muito raro sair à noite com a sua família e que, quando a sua filha de 14 anos sai com amigos, ela sente muita tensão. Ademais, a entrevistada afirmou que evita ao máximo passar por perto da favela de Paraisópolis ou de qualquer outra favela no Morumbi, pois sente pânico.

Após os episódios traumáticos pelos quais passou, de acordo com as próprias palavras da entrevistada, ela adotou mais de um meio de segurança privado: blindou o seu carro e instalou porta blindada e fechadura eletrônica em sua casa. A entrevistada acredita que o policiamento ajudaria na diminuição dos crimes que ocorrem na região, mas afirmou que o seu bairro não tem nenhuma segurança e nem iluminação adequada. Por fim, a entrevistada disse que um dos motivos para ter blindado o seu carro foi para levar e buscar a sua filha nos lugares, pois só assim ela se sente um pouco mais segura.

O último entrevistado tem 56 anos e morou a sua vida inteira no Morumbi. Ele relatou que, quando era mais novo, não lembra de ter toda a preocupação com o

crime como tem hoje. O entrevistado disse que já foi vítima de roubo no Morumbi há cerca de dez anos, quando sofreu um sequestro relâmpago. Na ocasião, ele estava voltando para casa do trabalho quando foi sequestrado, e ficou rodando por cerca de duas horas de carro com dois criminosos (segundo as suas próprias palavras) que tinham intuito de fazer saques de dinheiro em caixa eletrônico. Ele mencionou que foi ameaçado o tempo todo.

Após essa experiência, o entrevistado disse que ficou assustado durante cerca de seis meses com qualquer pessoa que se aproximasse do seu carro. Além disso, ele relatou que morava numa casa de rua sem segurança na época do sequestro e, mais ou menos após um ano do ocorrido, ainda não se sentia seguro, então resolveu se mudar para um apartamento num condomínio fechado, onde ele mora até hoje. O entrevistado afirmou que o bairro do Morumbi não é seguro, nem iluminado e nem tem policiamento. Além disso, ele não anda na rua a pé nunca. Já em relação a favela de Paraisópolis e o *ladeirão*, o entrevistado disse que já passou muito por ali para cortar caminho, mas que hoje em dia evita ao máximo fazer isso, pois sente medo, já que ouviu muitos relatos de furtos/roubos naquelas proximidades por transeuntes.

A última seção do roteiro de entrevistas apresentou dois extratos de reportagens aos entrevistados, visando compreender a sua percepção acerca de dois tópicos: a sua visão acerca da violência policial em Paraisópolis, e a sua visão em relação aos moradores da favela de Paraisópolis. De forma unânime, os(as) entrevistados(as) não deram atenção para a violência policial que ocorre no bairro de Paraisópolis. Mesmo com a leitura da reportagem, os entrevistados afirmaram nunca ter ouvido falar de casos em que a polícia age com agressão e violência contra os moradores da favela, ou, em alguns casos, os entrevistados disseram que até já ouviram falar sobre o assunto na televisão, mas defenderam a ação policial.

Em relação ao segundo tópico, foi consensual a resposta de que existem “pessoas boas” na favela de Paraisópolis, mas que também existem “pessoas ruins” morando lá. Além disso, os entrevistados crêem que a fronteira que o Morumbi faz com a favela é favorável para a ocorrência de crimes, pois os indivíduos fogem para a favela, e existem áreas que a polícia não consegue alcançar.

A seguir, serão apresentadas contribuições teóricas de autores brasileiros que irão enriquecer a análise proposta.

Angelina Peralva é uma socióloga brasileira, que atualmente trabalha como professora emérita da Universidade de Toulouse, na França. A autora consolidou sua carreira como pesquisadora entre o Brasil e a França, abrindo caminho para um espaço de cooperação entre os dois países, através da realização de intercâmbios de pesquisadores e pesquisadoras. Em sua obra *Violência e democracia: o paradoxo Brasileiro*, Peralva analisa o retorno brasileiro à democracia, que se deu na década de 80, após um longo período de ditadura militar. A socióloga defende que esse retorno foi pautado por bastante violência, principalmente por crimes de sangue. Além disso, a sua análise acerca da democracia se dá através de dois grandes pilares: o da liberdade e o da igualdade. A autora afirma que as desigualdades de renda não são suficientes para a discussão democrática brasileira, uma vez que a pauta da igualdade agrega questões muito mais complexas.

O primeiro sinal democrático da sociedade foi a igualdade, a partir do momento em que nobres e burgueses passaram a debater no espaço público, deixando de lado as suas distinções de *status* social. Nesse cenário, a sociedade civil passou a ser autônoma, abrindo o caminho para a existência das instituições democráticas. Com o passar do tempo, a democracia se tornou um interesse para todos os indivíduos, não só mais para os nobres e burgueses. As diferenças de *status* sociais passaram a conviver com as desigualdades sociais, assim criando uma nova contradição.

Existem diversos significados para a noção de igualdade, mas “o que fundamentalmente caracteriza a experiência democrática é a capacidade dos indivíduos de se considerarem uns aos outros iguais - a disposição para acreditarem que são de fato iguais” (PERALVA, 2000: 19). Independente das variações da crença na igualdade, e independente de qual seja o recurso utilizado para o enfrentamento da desigualdade social, a prática democrática sempre foi pautada na ideia de uma lei comum, a qual todos devem seguir.

A ditadura acabou no Brasil oficialmente em 1979, com a anistia política que significou uma abertura institucional da democracia. Antes disso, o país já havia experienciado períodos democráticos, mas essa ruptura representou o surgimento de um contexto histórico extremamente inédito. Entre o golpe de estado, que ocorreu em 1964, tirando João Goulart com seu governo populista do poder, e a anistia de 1979, o Brasil teve espaço para, de certa forma, se democratizar, ainda que num contexto ditatorial. Assim, a sociedade se tornou mais igual e mais livre,

mesmo sem os dispositivos institucionais necessários para o fortalecimento de tal igualdade e liberdade.

Nesse contexto, a liberdade foi sendo construída através de movimentos populares e sindicais que confrontavam as práticas clientelistas tradicionais, trazendo alternativas políticas mais autônomas do que as do passado. A igualdade acompanhou a emergência da liberdade, tanto na perspectiva simbólica, quanto na perspectiva social. Na visão simbólica, tem-se que o enfraquecimento do clientelismo fez com que os indivíduos mudassem a sua percepção de si mesmo e do outro. Assim, a noção de igualdade começou a ser construída. Já na concepção social, tem-se que movimentos urbanos propiciaram condições de vida melhores nos bairros populares, além de ter apresentado impacto positivo na possibilidade de uma escolaridade longa para as classes mais baixas.

A diferença na percepção social dos indivíduos foi se alterando através da igualdade democrática, o que também foi influenciado por ocorrências como a redefinição nos termos da nacionalidade, presente na Constituição de 1988, na qual indígenas e afro-brasileiros conquistaram através da contestação dos direitos sociais e culturais das minorias. A distância social já não era mais tão natural quanto antes, e a forma com a qual os cidadãos estruturavam sua identidade socialmente já não era mais a mesma. Logo, os fundamentos do conflito social mudaram, e não houve uma resposta assídua de como as pessoas iriam viver em conjunto neste novo cenário.

A Constituição de 1988 colaborou para o estabelecimento da democracia brasileira, mas não foi suficiente para consolidá-la. O Congresso foi um mecanismo relevante para atender as demandas de grupos de pressão. Contudo, como a transição democrática se deu a partir de uma interrupção gradual do autoritarismo, houve demandas importantes concernentes à restauração das instituições que cuidavam da ordem pública que foram deixadas de lado. Logo, a junção da falta de novas instituições com a falta dos dispositivos regulatórios da fase autoritária tornou possível a abertura para um caminho violento através da democracia.

Existe uma margem de violência em toda sociedade democrática, que é variável. De acordo com Peralva,

Quanto maior a capacidade de uma coletividade em reconhecer a importância da cooperação para agir sobre si mesma, quanto maior sua capacidade em vincular o interesse individual e o coletivo, menores são as chances de que ela se veja a braços com violências extremas (PERALVA, 2000: 21).

A sociedade brasileira passou a executar estratégias de adaptação à violência. Como é o caso do porte de armas num país que, por muito tempo, não teve o seu acesso liberado - muitas pessoas adotaram a crença da necessidade de um dia matar alguém em legítima defesa, ao considerar que o poder público é insuficiente. As estratégias de adaptação também dominaram o meio urbano, num esforço de segregação - edifícios e até mesmo bairros inteiros passaram a ser controlados e cercados, na tentativa de combater a insegurança. Neste contexto, em que a hierarquia é débil, a insegurança fala mais alto. Logo, o restabelecimento de espaços protegidos tornou-se vital. As classes baixas e as classes altas recorreram aos guetos, e o processo de segregação se expandiu, drasticamente, pela violência urbana.

Foi possível observar a adoção de estratégias de adaptação à violência nas entrevistas realizadas com os moradores do Morumbi. A adoção de meios de segurança privados na tentativa de contenção da criminalidade mostrou-se presente na vida de praticamente todos(as) entrevistados(as) do presente trabalho. Como por exemplo, as entrevistadas número seis e sete contrataram um serviço de segurança particular por morarem em uma casa de rua, ainda que afirmaram não sentir tanto medo. Já a entrevistada número dez blindou o seu carro e a porta de entrada da sua casa, por sentir medo após duas tentativas de assalto. Logo, foi possível observar a forte aderência às estratégias de adaptação nas entrevistas realizadas - mesmo dentre as pessoas que afirmam não sentir medo. Essas pessoas mudaram hábitos da sua vida cotidiana em decorrência do medo do crime e da violência no bairro onde vivem.

A crença na insuficiência do poder público para conter o medo do crime violento, outrossim, mostrou-se bastante presente nas entrevistas. A entrevistada número três, por exemplo, afirmou que investe na sua segurança através de iniciativas privadas, pois não vê eficiência nas iniciativas públicas no que se refere à contenção do crime violento. Além disso, essa entrevistada relatou que observa os condomínios privados investindo em segurança e levantando mais muros, o que reforça justamente o processo de segregação citado por Peralva (2000).

As estratégias de adaptação resultaram em um forte crescimento das condutas de risco. Embora o risco seja intrínseco às sociedades democráticas e liberais, sua intensidade é variável, sendo o mesmo bastante intenso no Brasil. Como não é possível acabar com o risco, o objetivo é amenizá-lo, tornando-o

socialmente cabível - e aqui se funda a questão da função do Estado na formação democrática. O Estado é a única instituição social capaz de convencer os indivíduos de que uma lei comum deve ser seguida. E, de acordo com Peralva, uma das questões mais complexas a serem enfrentadas pela sociedade brasileira é a formação de um Estado no qual os cidadãos respeitem a lei comum e os princípios coletivos, sem que isso fira as suas liberdades individuais.

A temática do controle, outrossim, é crucial para o combate da violência, porém não suficiente para acabar com ela. Para que a maioria das pessoas respeitem as normas, e as transgressões sejam minoritárias, faz-se necessária uma reiteração simbólica definitiva, em que todos queiram partilhar uma existência comum. Essa disposição não só vem da sensação de pertencimento à uma mesma nação, mas também da identificação de que os seres humanos são frágeis. Isto é, num cenário em que os indivíduos reconheçam que o direito à vida como um direito humano fundamental. Assim,

incumbe hoje ao Estado garantir o respeito a uma lei que precisa ser reconhecida como comum, ao passo que a ausência de democracia havia levado os brasileiros a acreditarem que a lei era uma máscara para a opressão, e que sua transgressão constituía um princípio de liberdade (PERALVA, 2000: 23).

A redemocratização brasileira não foi apenas política, uma vez que carregou consigo diversas outras transformações. A violência generalizada decorrente desse processo representou a convergência de dois padrões, que foram: as mudanças no âmbito social e os resultados delas, sobretudo no que tange a uma nova forma de conflito urbano. E a negligência das instituições responsáveis por garantir a ordem pública, que não se adaptaram às novas demandas democráticas.

A nova conflitualidade urbana do Brasil é um atributo de uma sociedade construída através do individualismo de massa. Contudo, a falta de mecanismos institucionais necessários e o cenário político insuficiente desses confrontos inéditos traz duas consequências notáveis. A primeira diz respeito à revolta, que remete ao fato dos indivíduos procurarem o seu lugar próprio no mundo. Já a segunda tange às formas de individuação e à participação, que geralmente representam riscos intensos que se referem à representação social das camadas baixas, porém não apenas a essas, em relação às condições que os indivíduos conseguem se introduzir a uma sociedade liberal.

A redemocratização brasileira veio fortemente acompanhada de uma cultura liberal e libertária, que tem uma origem antiga na história do país. Cultura essa, que foi limitada e enterrada durante a fase ditatorial mas que, paradoxalmente, caracteriza-se por ser um grande problema atual da democracia brasileira. A violência fatal não pode mais ser justificada apenas pela desigualdade social ou pela falta de liberdade. De acordo com Peralva, essa violência resulta da fragilidade dos quadros institucionais de regulação da vida urbana e pela relação débil dos brasileiros com a legislação. Logo, “a generalização da violência é o risco próprio à democracia, quando as regras de um jogo coletivo reconhecido como tal não são suficientemente afirmadas” (PERALVA, 2000: 180).

Peralva afirma que toda sociedade precisa compartilhar os seguintes valores, tidos como mínimos: o reconhecimento do outro, a cooperação e o direito à vida. Quando esses valores não são compartilhados, as portas para a generalização da violência se abrem, como é o caso do Brasil. Já que a democracia do país não assegura um balanço estável entre a liberdade, a igualdade e a resposta a uma lei comum, os cidadãos produzem a violência da qual são vítimas. Isso se dá devido a sua relação débil com a lei, mas também por conta de comportamentos adaptativos que não necessariamente respondem à violência, mas que se adaptam a ela, tornando-a natural. Vale ressaltar, outrossim, que a relação frágil dos brasileiros com a lei apresenta uma origem histórica, que associou a lei à opressão e ao poder. Embora essa explicação não seja totalmente válida para o contexto democrático atual, ela o influencia, em conjunto com a ideia do individualismo de massa.

Em conjunto com a fragilidade legislativa, os brasileiros apresentam um comportamento extremamente adaptativo em relação ao crime. Conforme já foi mencionado no presente texto, os cidadãos recorrem aos meios de segurança privada como resposta ao medo do crime, uma vez que os meios de segurança pública são considerados débeis. Ambos os fatores contribuíram para o alto grau de tolerância dos crimes aceitos socialmente, formando, assim, um espiral da violência. Por fim, tem-se que “é preciso reduzir drasticamente o patamar dos riscos coletivamente aceitos e reafirmar as regras de um jogo em que o direito à vida seja um princípio fundamental” (PERALVA, 2000: 186).

As contribuições da antropóloga brasileira Teresa Caldeira também se farão relevantes para esta análise. Caldeira obteve sua graduação em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo e concluiu dois mestrados: o primeiro em Ciência

Política na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Ruth Cardoso, e o segundo na Universidade da Califórnia, sob a orientação de Paul Rabinow, com quem também concluiu o seu doutorado. Atualmente, a antropóloga leciona na Universidade da Califórnia. Suas pesquisas têm foco na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Urbana, atuando especialmente nos temas subsequentes: São Paulo, violência urbana, cidadania e segregação espacial.

Em seu livro *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*, Caldeira discorre acerca da fala do crime. Tendo em vista que o crime violento e o medo do crime só aumentou com o passar dos anos em São Paulo, a cidade e o cotidiano das pessoas se transformaram devido ao crime e ao medo. Assim, a fala do crime, que são “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (CALDEIRA, 2011: 27) surgiu. Além disso, a fala do crime é repetitiva e fragmentada - ela aparece em diálogos diversos, em que as pessoas contam uma mesma história ou suas variações. Mesmo com repetições, os indivíduos não se cansam dessas narrativas. Ao contrário, a repetição fortalece o sentimento de medo, insegurança e perigo nos cidadãos. Dessa forma, a fala do crime impulsiona o ciclo de produção e de reprodução do medo, em que a violência é, ao mesmo tempo, enfrentada e aumentada.

A fala do crime é produzida nos diálogos cotidianos e, além de opiniões serem construídas nessas conversas, percepções são formadas. O medo e a fala do crime não se restringem a formação de interpretações sobre o outro, que geralmente carregam estereótipos, mas também delineiam o cenário urbano: determinados locais passam a ser frequentados de acordo com as classes sociais dos indivíduos, e a cidade passa a ser cercada por muros. Assim, a fala e o medo do crime organizam a vida cotidiana das pessoas, que passam a restringir a suas interações sociais e modificar os seus hábitos. Ademais, a fala do crime contribui no aumento de reações privadas ou ilegais, como por exemplo, contratar seguranças privados, por alegar que as instituições públicas não funcionam.

Nas entrevistas realizadas com residentes do Morumbi, observou-se a presença notória da fala do crime. Um exemplo é a pergunta acerca dos indivíduos passarem ou não pelo *ladeirão*: salvo as pessoas que não utilizam esse caminho no cotidiano, as outras evitam passar por ali devido ao medo do crime. Como é o caso da entrevistada número seis, que relatou já ter visto um assalto na sua frente no

ladeiraão há alguns anos e, após isso, nunca mais teve coragem de retornar ao local. E o entrevistado número onze, que disse que até utilizava o caminho para fugir do trânsito de São Paulo, mas que hoje em dia o evita por sentir medo.

Observou-se, outrossim, como a fala e o medo do crime delineiam o cotidiano das pessoas. Elas mudam seus hábitos devido ao medo do crime, o que varia em intensidade. A entrevistada número oito, por exemplo, passou a contratar seguro de celular após ter sido furtada, mas não deixou de sair à noite. Já a entrevistada número dez realizou um investimento monetário muito maior, blindando o seu carro, as portas da sua casa e instalando fechadura eletrônica na mesma. Em suma, a mudança de hábitos devido ao medo do crime e, sobretudo, a adoção de formas privadas de segurança varia, mas está presente na vida de todos entrevistados, mesmo que de forma indireta. Por forma indireta entende-se casos como o do entrevistado número nove, que mora numa rua e num prédio que adotaram meios privados de segurança. Isto é, que são coletivos, mas ainda assim privados.

Enquanto a experiência com o crime representa a desordem, a fala do crime procura representar a ordem. No contexto de proliferação exacerbada da violência, os indivíduos buscam ordem e significado justamente na fala do crime, que nada mais é do que uma reorganização simbólica adotada pelos cidadãos na tentativa de controle do caos instaurado pela violência, em reação ao medo que eles enfrentam. As narrativas de crime e as práticas decorrentes delas separam, segregam, diferenciam, constroem muros, delimitam espaços, criam regras de exclusão, dentre diversos outros fatores, que delimitam drasticamente a interação social. Logo, as histórias de crime, ao tentar subtrair ambiguidades, criam preconceitos.

Caldeira ressalta que as entrevistas realizadas em sua pesquisa de campo, em sua maioria, retratam o crime sob um olhar traumático, havendo uma vida antes e uma vida depois dele. A antropóloga relata que as narrativas criminais dos indivíduos geralmente ressaltam que a ocorrência do mesmo se deu num dia comum do cotidiano da vítima, de forma que o crime representou uma ruptura, interrompendo a sua rotina e mudando o caminho dela permanentemente. Assim, as experiências com o crime analisadas por Caldeira representaram, sobretudo, o crime como um fator de desorientação na vida das pessoas. Essa ruptura na vida cotidiana pode ser observada sobretudo no relato dos entrevistados número quatro e cinco (casal de idosos), que afirmaram nunca ter sentido medo de morar no Morumbi.

Entretanto, após um sequestro relâmpago, seus filhos os fizeram mudar para um condomínio fechado, visando mais segurança e tranquilidade no seu dia a dia.

Acerca das percepções que os indivíduos têm sobre o crime, tem-se que essas costumam ser distintas quando se trata de uma pessoa que já foi vítima de um crime em comparação com uma pessoa que nunca foi vítima de um crime. Nesse cenário,

Geralmente, a experiência de um crime violento é seguida de reações como cercar a casa, mudar de endereço, controlar as atividades das crianças, contratar seguranças, não sair à noite, evitar certas áreas da cidade e assim por diante, ações essas que reforçam um sentimento de perda e restrição assim como uma sensação de uma existência caótica num lugar perigoso (CALDEIRA, 2011: 33).

As experiências com o crime também abarcam a fala do crime, em que as pessoas contam e recontam diversas vezes o que aconteceu. A estrutura de significado dos crimes traz um quadro de oposição entre o bem e o mal. Os indivíduos constroem sua narrativa de forma simplista, retratando que sua vida antes do crime era boa, e que sua vida após o crime foi extremamente modificada, tornando-se, então, ruim. Logo, caricaturas são criadas através de uma redução maniqueísta do mundo. O crime oferece, outrossim, uma linguagem para retratar as percepções dos cidadãos em relação às transformações que ocorreram em seu bairro, em sua cidade, e na sociedade brasileira de forma geral.

No artigo *A Polícia e o Medo do Crime no Distrito Federal*, Arthur Trindade Maranhão Costa e Marcelo Ottoni Durante realizam uma análise acerca da visão dos indivíduos residentes do Distrito Federal no que tange à relação entre o crime e a atuação policial. A partir da Pesquisa Distrital de Vitimização, que foi feita em 2015 pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, os autores avaliaram a atuação da polícia de acordo com os seguintes aspectos: presença e qualidade do policiamento nas vias públicas, presenciar atuação da polícia, estabelecimento de contato com a polícia, confiança na polícia, qualidade da conduta dos policiais, qualidade do serviço prestado pela polícia e violência policial (COSTA; DURANTE, 2019).

Os resultados da pesquisa confirmaram parcialmente as hipóteses iniciais delineadas pelos autores. Em primeiro lugar, a hipótese que mais se destacou foi a qualidade e a presença do policiamento para o controle do medo, sendo que o policiamento em viatura se revelou mais relevante para o controle do medo dentro da residência dos indivíduos, e o policiamento a pé se mostrou mais relevante para

o controle do medo nas vias públicas. A segunda hipótese que obteve mais destaque foi a confiança dos cidadãos na polícia, principalmente a polícia militar.

Em relação à variável de análise violência policial, tem-se que os autores especificaram duas formas de violência. A primeira, que é a extorsão de indivíduos, resulta no sentimento de medo da população, sobretudo nas residências e nas vias públicas da região onde a pessoa mora. Já a segunda maneira diz respeito a policiais realizando ameaças ou agressões, o que tem como consequência a diminuição generalizada do medo. Além disso, vale destacar que Costa e Durante consideram a possibilidade do indivíduo saber sobre casos de violência policial, e não necessariamente ter sido uma vítima.

Costa e Durante (2019) notaram que a percepção que os indivíduos apresentam em relação à conduta violenta dos policiais não é exclusivamente produzida no Distrito Federal, mas sim através de notícias propagadas na mídia que ocorrem em outras cidades do Brasil. Outrossim, devido ao baixo contingente de violência policial no DF (Distrito Federal), tem-se que as pessoas associam a violência policial à marginais que são dignos do tratamento que recebem da polícia, além desses indivíduos não participarem do círculo social dos entrevistados.

Sendo assim, conclui-se que os cidadãos concordam com a violência policial quando ela é dirigida para o outro, principalmente quando a pessoa é vista como um marginal, isto é, quando existe preconceito. Mas, quando a própria pessoa pode ser vítima da violência policial, a mesma não é legitimada.

Finalmente, tem-se que o medo do crime é um fenômeno simbólico que abrange as dimensões psicológicas e emocionais de cada indivíduo, apresentando diferentes intensidades para cada um. Suas causas podem ser decorrentes de razões diversas, como por exemplo, as adversidades do ambiente urbano e da vida moderna, a captação da desordem e a violência e a criminalidade (HALE, 1996 apud COSTA; DURANTE, 2019). Além disso, o medo do crime se dá através das representações sociais que os indivíduos realizam dos perigos e dos riscos que permeiam o seu cotidiano, podendo variar em tempo e espaço (CHADEE et. al., 2016 apud COSTA; DURANTE, 2019). Assim,

Estas representações sociais variam de acordo com o perfil dos indivíduos, classe social e lugar onde residem, sua vitimização pela violência e criminalidade e suas relações com os órgãos públicos, especialmente as polícias. Ou seja, embora seja uma experiência individual, o medo do crime é socialmente construído (COSTA; DURANTE, 2019: 6).

Sendo assim, a discussão teórica de Peralva, Caldeira, Costa e Durante se revelam interessantes para a análise do material qualitativo coletado no presente trabalho. Os residentes do Morumbi criam um estigma acerca dos residentes da favela de Paraisópolis, produzindo e reproduzindo preconceitos sobre eles, com base no local onde moram e na fala do crime, conforme pontuou Caldeira (2011). Os moradores do Morumbi acabam se resguardando nos *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2011), no intuito de “fugir” do crime e dos perigos proporcionados pela região onde moram. Porém, nesse processo, um cenário de ressegregação (PERALVA, 2000) é criado, em que ricos e pobres não frequentam os mesmos espaços.

Dos onze entrevistados, oito pertencem às classes sociais A e B (ou seja, cerca de 73% da amostra), de acordo com a classificação do IBGE. Isso significa que os residentes do Morumbi que foram entrevistados representam as camadas altas e médias da sociedade brasileira, o que denuncia uma diferença de classes sociais entre os residentes do Morumbi e da Paraisópolis. Essa diferença contribui para a reclusão dos residentes do Morumbi nos *enclaves fortificados* (CALDEIRA, 2011), uma vez que eles possuem recursos para a criação de espaços de lazer e trabalho que sirvam aos seus interesses.

A maioria dos entrevistados pertence a uma parcela diminuta da população brasileira (16%) - logo, fala-se de uma maioria que representa um poder aquisitivo na sociedade de classes, tanto é que moram num bairro nobre da cidade de São Paulo, mas que são minoria quantitativamente falando. Além disso, conforme pontuou Caldeira (2011) a fala do crime é construída através da separação do mundo entre o “bem” e o “mal”, o que foi possível observar ao indagar os entrevistados a respeito da sua percepção dos moradores de Paraisópolis.

6. Considerações finais

A partir da análise das entrevistas realizadas com os residentes do bairro do Morumbi, em conjunto com o referencial teórico estudado, notou-se a construção social do crime nas narrativas dos entrevistados(as). Conforme Garland apontou, uma experiência coletiva do crime é construída socialmente, que é produzida por indivíduos e grupos sociais de acordo com a sua posição de vitimização e de desigualdade nas sociedades contemporâneas. Nas entrevistas realizadas no presente trabalho, observou-se essa construção coletiva do crime influenciada muito fortemente pela fala do crime (CALDEIRA, 2011) e pelas experiências com o crime que os moradores da região passaram.

Em relação à fala do crime (CALDEIRA, 2011), constatou-se a repetição de experiências com o crime que aconteceram com os próprios entrevistados ou com conhecidos deles. Especialmente quando foi perguntado aos entrevistado(as) se eles(as) costumam passar por perto da favela de Paraisópolis ou pelo *ladeirão*, a resposta mais corriqueira foi que os indivíduos evitam passar por esses caminhos devido ao medo que sentem, pois já ouviram narrativas de crimes que ocorreram na região, ou já presenciaram assaltos nestes locais.

Observou-se, outrossim, um fator que foi apresentado pelos autores estudados neste trabalho, que é a adoção de meios de segurança privada como reação ao medo do crime e da violência, pois os indivíduos não acreditam que o poder público seja suficiente para defendê-los (GARLAND, 2008; SIMON, 2013; PERALVA, 2000; CALDEIRA, 2011). Nas entrevistas, foi unânime o fato dos indivíduos adotarem algum meio de segurança privada visando a sua própria segurança, independentemente se já foram vítimas de crime no Morumbi ou não.

Isto posto, conclui-se que os residentes do Morumbi que já foram vítimas de crimes não necessariamente sentem mais medo do que os que não sofreram. Este fenômeno pôde ser observado através das entrevistas realizadas, em que houve indivíduos que relataram ter bastante medo do crime e da violência no bairro do Morumbi e nunca foram vítimas de crime, e vice-versa. Além disso, foi possível concluir que o medo do crime é um fator que faz parte da vida dos residentes do Morumbi - conforme apontou Garland (2008), a experiência com o crime tornou-se um fato social normal nas sociedades modernas. Assim, o medo é uma experiência socialmente fabricada na vida dos(as) entrevistados(as) e, faz tão parte da vida

deles, que aparenta ser um elemento intrínseco ao seu cotidiano: é tão comum que é falado de forma corriqueira e natural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAND. Assaltantes invadem casa com armas potentes no Morumbi, em SP. [Notícia online]. São Paulo: BAND, 10 jun. 2022. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/noticias/primeiro-jornal/ultimas/assaltantes-invadem-cas-a-com-armas-potentes-no-morumbi-em-sp-16518782>. Acesso em: 15 mar. 2023.

BANDEIRA, Lourdes. Violência e democracia: O paradoxo brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/WNJRwnVfpMPRjNpy8T7YppB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BONDUKI, Nabil. (1994), "Crise da habitação e luta pela moradia no pós-guerra", in Lúcio Kowarick, As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CORREIO BRAZILIENSE. 70% dos trabalhadores brasileiros ganham até dois salários mínimos. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/11/5053834-70-dos-trabalhadores-brasileiros-ganham-ate-dois-salarios-minimos.html>. Acesso em: 29 mar. 2023.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; DURANTE, Marcelo Ottoni. A polícia e o medo do crime no Distrito Federal. DADOS, Rio de Janeiro, vol.62(1):e20180032, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-24222018000200125&script=sci_abstract. Acesso em: 10 mar. 2023.

CULTURA. Comunidade de Paraisópolis completa 100 anos de história nesta quinta-feira. UOL, 16 set. 2010. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/39616-comunidade-de-paraisopolis-completa-100-anos-de-historia-nesta-quinta-feira-16.html>. Acesso em: 14 set. 2022.

Estadão. Assaltos na proximidade de colégios assustam moradores do Morumbi. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,assaltos-na-proximidade-de-colegios-assustam-moradores-do-morumbi,70003980417>. Acesso em: 17 abr. 2022.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. São Paulo em perspectiva, 9, 73-80. 1995. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v09n02/v09n02_11.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2019.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. (1998), O centro, a avenida Paulista e a avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: centralidade urbana e exclusão social. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO (FAPESP). Teresa Pires do Rio Caldeira. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/87016/teresa-pires-do-rio-caldeira/>. Acesso em: 11 mar. 2023.

G1. Licenças para armas crescem quase cinco vezes no governo Bolsonaro; Exército tem 674 mil autorizações ativas, mostra anuário. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/28/licencas-para-armas-crescem-quase-cinco-vezes-no-governo-bolsonaro-exercito-tem-674-mil-autorizacoes-ativas-mostra-anuario.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

GARLAND, David. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Tradução de Christiane de Holanda Camilo. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GARLAND, David. Sobre o conceito de pânico moral . Revista Delictae, v. 4, n. 6, p. 36-79, 2019. Disponível em: <https://www.delictae.com.br/index.php/revista/article/view/90>. Acesso em: 10 fev. 2023.

IBGE. Panorama. São Paulo, SP. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama>. Acesso em: 29 mar. 2023.

IGLECIAS, Wagner. São Paulo: alguns impactos da mundialização sobre uma metrópole periférica - O vetor sudoeste como um estudo de caso. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Infomoney. Classes D e E continuarão a ser mais da metade da população até 2024, projeta consultoria. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/classes-d-e-e-continuarao-a-ser-mais-da-metade-da-populacao-ate-2024-projeta-consultoria/>. Acesso em: 29 mar. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Atlas da Violência, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-daviolencia-2020>. Acesso em: 10 mar. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=35616&t=downloads>. Acesso em: 10 mar. 2023.

KOWARICK, Lúcio. (1994), *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

LOFT. Morar no Morumbi. Disponível em: <https://portal.loft.com.br/morar-no-morumbi/>. Acesso em: 26 abr. 2023.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Portal R7. Ladeirão do Morumbi é conhecido ponto de assaltos na zona oeste de São Paulo. Publicado em 28 de abril de 2014. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/ladeirao-do-morumbi-e-conhecido-ponto-de-assalto-s-na-zona-oeste-de-sao-paulo-28042014>. Acesso em: 02 de abril de 2023.

RECORD TV. Polícia identifica os dez bandidos mortos durante assalto no Morumbi, SP. [Vídeo online]. São Paulo: RECORD TV, 4 jun. 2022. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/sp-record/videos/policia-identifica-os-dez-bandidos-mortos-durante-assalto-no-morumbi-sp-04062022>. Acesso em: 15 mar. 2023.

REDD, Mateus. 50 anos da rebelião de Attica: A Comuna de Paris dos prisioneiros. *Revista Opera*, [S.l.], v. 7, n. 17, p. 54-61, set. 2021. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2021/09/18/50-anos-da-rebeliao-de-attica-a-comuna-de-paris-dos-prisioneiros/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

ROLNIK, Raquel. (1994), “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política”, in Lúcio Kowarick (org.), *As lutas sociais e a cidade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

R7 NOTÍCIAS. Dois mundos lado a lado: Vila Andrade é face de uma SP desigual. São Paulo, 29. jun. 2022. Disponível em: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/dois-mundos-lado-a-lado-vila-andrade-e-face-de-uma-sp-desigual-29062022>. Acesso em: 14 set. 2022.

SENADO FEDERAL. Mínimo vai a R\$ 1.320; senadores defendem política permanente de valorização. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/02/16/minimo-vai-a-r-1-320-senadores-defendem-politica-permanente-de-valorizacao>. Acesso em: 29 mar. 2023.

SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Silvestre, G. (2014). Mass Incarceration on Trial: A Remarkable Court Decision and the Future of Prisons in America. *The Journal of Politics*, 76(2), 550-552. doi: 10.1017/S0022381613001493.

SIMON, Jonathan. Punição e as tecnologias políticas do corpo. *Sistema Penal & Violência*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 219-251, jul./dez. 2013 246. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/N%C3%83%C6%92O%20https://www.scimagojr.com/index.php/sistemapenaleviolencia/article/view/15418>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SINGER, Paul. (1975), Economia política da urbanização. São Paulo, Brasiliense/Cebrap.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA. Angelina Peralva. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/project/angelina-peralva/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7G8LTmdQbCjCHqXg87Gs3SD/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

WIKIPEDIA. David W. Garland. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/David_W._Garland. Acesso em: 15 mar. 2023.

WIKIPEDIA. Jonathan Simon. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jonathan_Simon. Acesso em: 15 mar. 2023.

WIKIPEDIA. Teresa Caldeira. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Teresa_Caldeira. Acesso em: 10 mar. 2023.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Seção 1. Perfil do entrevistado (a).

1.1. Gênero:

Feminino Masculino

Outros:

1.2 Cor/Raça:

Branca Preta Parda Indígena Amarela

1.3 Faixa Etária:

20-29 anos 30-39 anos 40-49 anos 50-59 anos 60-69 anos 70+ anos

1.4 Estado Civil:

Solteiro(a) Casado(a) Separado(a)/Divorciado(a) União Estável
 Viúvo(a)

Outros:

1.5 Tem filhos?

Sim Não

1.5.1 Caso tenha filhos, quantos?

Um Dois Três Quatro Mais

1.6 Possui formação superior?

Sim Não Em Andamento

Seção 2. Aspectos econômicos.

2.1 Qual é o seu tipo de moradia atual?

Casa própria Alugada

Outro:

2.2 Quantas pessoas moram em sua casa?

Uma Duas Três Quatro Mais

2.2.1 Com quem você mora?

Sozinho(a) Pais Parceiro(a)/Cônjuge Parceiro(a)/Cônjuge e filhos(as)

Apenas com os filhos(as) Outros parentes

2.3 Quantas pessoas participam do seu orçamento familiar?

Uma Duas Três Quatro Mais

2.3.1 Faixa da renda familiar

R\$ 1,00 - R\$ 1.000,00

R\$ 1.000,01 - R\$ 3.000,00

R\$ 3.000,01 - R\$ 5000,00

R\$ 5.000,01 - R\$ 10.000,00

R\$ 10.000,01 - R\$ 20.000,00

R\$ 20.000,01 - R\$ 50.000,00

R\$ 50.000,01 - R\$ 100.000,00

R\$ 100.000,01 ou mais

Seção 3. Experiências com o crime.

De acordo com o Código Penal, furto e roubo são crimes contra o patrimônio. O furto é um crime menos grave, em que não há violência. Um exemplo de furto é quando alguém rouba a sua carteira sem que você perceba.

Também existe o furto qualificado. Nesse caso, a pena se torna mais grave por conta das condições do crime, como a destruição de uma fechadura ou o portão de uma casa.

Já o roubo é um crime mais grave, em que há ameaça ou violência. A pena pode ser aumentada de acordo com certas circunstâncias em que o crime foi cometido, como por exemplo, utilização de arma de fogo e restrição de liberdade da vítima. Exemplos de roubos são:

1. **Uma pessoa está andando na rua com o celular na mão e é obrigada a entregar o aparelho mediante ameaça de violência, mesmo sem arma à vista.**
2. **O motorista está parado no sinal de trânsito e é forçado, com uma arma de fogo, a descer do carro e entregar o veículo.**

3.1 Você já foi vítima de furto ou roubo no bairro Morumbi?

- () Sim, furto
- () Sim, roubo
- () Sim, ambos
- () Não

3.1.2 Se sim, poderia contar um pouco sobre como foi a sua experiência?

3.1.3 Você sabe quais são os meios de segurança e denuncia que você pode recorrer quando é vítima de um crime ou de uma tentativa de crime?

3.1.4 Você registrou um Boletim de Ocorrência?

- () Sim () Não

3.1.5 Como você se sentiu após o crime? Sentia medo de andar na rua sozinho(a)? Sair à noite? Deixou de fazer coisas que fazia antes devido a essa experiência?

3.1.6 Após o crime, você recorreu a algum meio de segurança privado? Como blindar o carro, instalar uma fechadura mais potente na porta de casa, ou, até mesmo, contratar um segurança particular.

Seção 4. Sensação de segurança no bairro do Morumbi

4.1 Você acha que o seu bairro é seguro e iluminado? Se sente seguro(a) para andar sozinho na rua?

4.2 [Se o(a) entrevistado(a) tiver filhos(as)] Você deixa seus filhos andarem sozinhos na rua?

4.2.1 Como funciona a locomoção dos seus filhos(as) quando eles vão sair?

- () Os pais levam
- () Motorista particular
- () Táxi ou uber
- () Transporte público
- () A pé

Outro:

4.2.2 Qual meio de locomoção você prefere que seus filhos(as) utilizem? Qual você considera mais seguro?

4.3 Você já notou se existe algum período do dia em que ocorrem mais crimes no seu bairro?

- () Sim () Não

4.3.1 Se sim, qual?

- () De manhã () De tarde () À noite () De madrugada

4.3.2 Você evita sair de casa em algum desses horários por ter medo de ser vítima de algum crime?

- () Sim () Não

4.3.2.1 Se sim, poderia contar um pouco mais sobre essa mudança de hábitos?

4.4 Você considera o policiamento no seu bairro suficiente? Há policiamento nos horários que você considera perigosos para sair de casa?

4.4.1 Você acha que o aumento de policiamento ajuda na diminuição do crime e da violência?

4.5 Você já notou se há algum tipo de crime que mais ocorre na região?

4.5.1 Algo tem sido feito para evitar a ocorrência desses crimes?

Seção 5. Percepções dos moradores do Morumbi em relação aos moradores de Paraisópolis

5.1 Você passa por perto da favela de Paraisópolis com frequência?

() Sim () Não

5.1.2 Você sente algum tipo de tensão ao passar perto da favela de Paraisópolis?

5.1.3 Fica em estado de alerta quando se aproxima deste local? Poderia me contar um pouco sobre essa sensação?

5.2 Você já passou pelo *ladeirão*?

() Sim () Não

5.2.1 Se sim, utiliza esse caminho com frequência?

5.2.2 Como você se sente ao passar por esse caminho?

Seção 6. Percepção dos moradores do Morumbi em relação aos criminosos

6.1 PM ocupa Paraisópolis há 10 dias e moradores gravam vídeos para denunciar abordagens violentas.

Nos últimos dez dias eles têm ocupado o bairro, realizando a Operação Saturação.

A pasta da Segurança ainda informou ao G1 que a Polícia Militar realizava a operação desde o dia 15 de junho para prender traficantes e apreender drogas e armas.

“Há relatos de invasões em casas e comércios e de jovens sendo agredidos nas ruas. Nós, moradores de favela, não devemos ser tratados de forma diferente de bairros nobres”, comentou Gilson.

De acordo com o líder comunitário, a violência policial tem que acabar na periferia. “Não somos contra o trabalho da polícia, mas repudiamos qualquer forma de agressão”.

No comunicado que deixou na página Paraisópolis no Facebook, Gilson escreveu que os moradores e seus filhos estão temendo sair de suas residências por causa das abordagens violentas da PM.

“As pessoas estão com medo, nossas crianças, que já tinham dificuldades de irem para a escola devido ao coronavírus, agora ficam em suas casas por medo de sofrerem alguma brutalidade por conta da ação de alguns policiais e não chegarem até o seu destino”, informa o texto.

6.1.1 Você já ouviu outras histórias em que policiais cometem violência contra os moradores de Paraisópolis?

6.1.1.1 Se sim, poderia comentar um pouco sobre isso?

6.1.2 Você considera que agressão e violência tenham sido as melhores maneiras de conter a criminalidade nesse caso? Considerando que, de acordo com a notícia, as ações da Polícia Militar serão analisadas pela Corregedoria.

6.2 Dois criminosos morreram durante tiroteio com a polícia após assalto a uma residência no Morumbi, na zona sul de São Paulo.

De acordo com os policiais, seis bandidos chegaram em dois carros em uma casa de luxo, renderam a família e anunciaram o assalto. A polícia foi acionada por vizinhos e conseguiu intervir.

Houve troca de tiros em frente à residência e um PM foi baleado no pé. Ele foi socorrido ao Hospital Albert Einstein. Em seguida, os criminosos fugiram para a comunidade de Paraisópolis.

Os policiais da Rota foram chamados e deram início a uma perseguição. Já na comunidade, houve novo confronto entre agentes e os criminosos. Durante o tiroteio, dois integrantes da quadrilha foram baleados e morreram no local. Outros três foram presos e um conseguiu fugir.

6.2.1 O que você acha desse caso? Você avalia que a troca de tiros foi a única opção para a resolução do crime?

6.2.2 Qual a sua impressão acerca dos criminosos “fugirem” para a favela de Paraisópolis? Você acredita que os crimes recorrentes no Morumbi têm relação com a fronteira que o bairro faz com a favela?